prof.com.partilhando

PB
PROBLEMAS BRASILEIROS

PANDEMIA ESVAZIA ESCRITÓRIOS

INTERESSES E DANOS DO *HOMESCHOOLING*

ENTREVISTA

Jorge Soto

"A inovação no Brasil ainda tem muito o que evoluir", diz diretor da Braskem

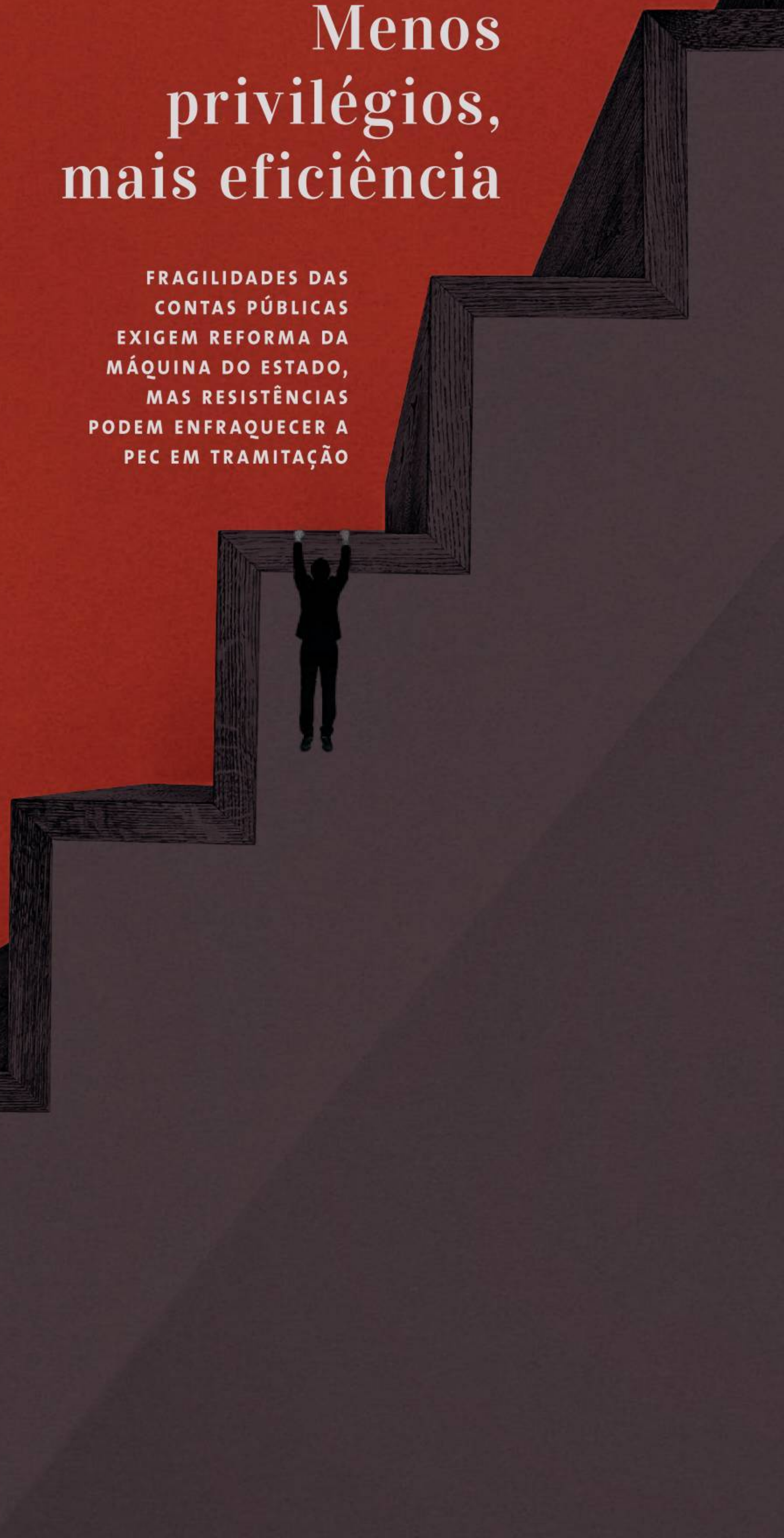
MOBILIDADE

Carros elétricos

Dias contados para os motores a combustão

Menos privilégios, mais eficiência

FRAGILIDADES DAS CONTAS PÚBLICAS EXIGEM REFORMA DA MÁQUINA DO ESTADO, MAS RESISTÊNCIAS PODEM ENFRAQUECER A PEC EM TRAMITAÇÃO





Publicis

Procurando uma boa notícia?
O Senac tem mais de 40 cursos on-line, 100% ao vivo, para você seguir em frente sempre.

Conte com a **qualidade de ensino Senac**
para melhorar seu currículo,
experimentar uma nova área
ou mesmo aprimorar um hobby.

30% de desconto com opções imperdíveis de parcelamento.

Para saber mais,
escaneie o QR Code
ou acesse o site
www.sp.senac.br/cursos-online

Senac

FECOMERCIOSP

PRESIDENTE **Abram Szajman**

SUPERINTENDENTE **Antonio Carlos Borges**

TUTU

www.agenciatutu.com.br

REDAÇÃO

Rua Santa Cruz, 722, 5° andar
CEP 04122-000
São Paulo/SP | (11) 3170-1571

PUBLICAÇÕES

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA **Demian Russo**

DIRETORA DE CONTEÚDO **Elisa Klabunde**

EDITOR **Lucas Mota MTB 46.597/SP**

EDITOR-ASSISTENTE **Eduardo Ribeiro**

REPÓRTERES **Filipe Lopes e Gabriela Almeida**

REVISÃO **Bruna Baldini e Flávia Marques**

FOTO **Christian Parente**

DIRETORES DE ARTE **Clara Voegeli e Demian Russo**

EDITORA DE ARTE **Carolina Lusser**

DESIGNERS **Bruck Nogueira, Cintia Funchal, Estêvão Vieira, Jônia Caon e Paula Seco**

COLABORAM NESTA EDIÇÃO **Agência BORI, Antonio Lanzana, Augusto Filadelfo, Herbert Carvalho, Isabella Macedo, Juliana Garçon, Marcus Lopes, Paulo Delgado, Vinícius de Carvalho e Vinicius Mendes**

RELAÇÕES PÚBLICAS
Maria Izabel Collor de Mello

CAPA **Paula Seco**

CONSULTORIA DE CONTEÚDO **André Rocha**

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem a opinião da **PB**.
Sua publicação tem como objetivo privilegiar a pluralidade de ideias acerca de assuntos relevantes da atualidade.

www.revistapb.com.br

FALE COM A GENTE
publicacoes@fecomercio.com.br

IMPRESSÃO **Pigma**



PB | #464

Há tempos, o funcionalismo brasileiro opera num universo paralelo, na contramão da realidade das contas públicas. Em 2019, os servidores públicos ganhavam, em média, R$ 4.172 por mês, quase o dobro do salário médio no setor privado, além de regalias que custam R$ 204 milhões por ano ao Estado, segundo o Ministério da Economia. Atualmente em discussão no Congresso, a Reforma Administrativa é uma medida essencial para oxigenar a máquina governamental. A pauta (PEC 32/2020), contudo, exibe incongruências, resguardando privilégios para algumas categorias, como militares e Judiciário.

Quer ficar por dentro das nossas novidades?

Assine a nossa newsletter. basta apontar o seu celular para este código QR.

www.revistapb.com.br
@pbrevista
@pbrevista
@pb_revista
@fecomerciosp

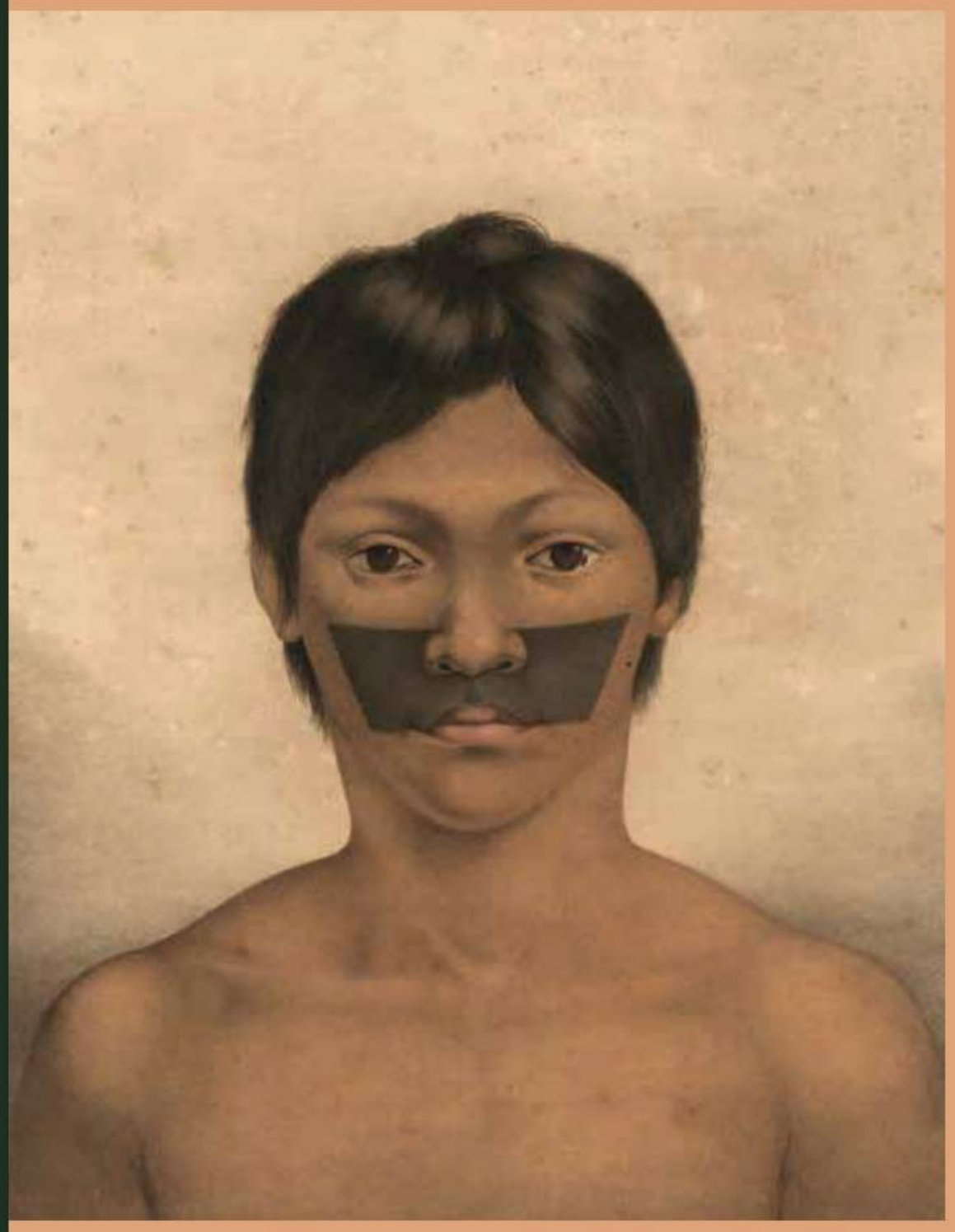
OUÇA O NOSSO PODCAST! DISPONÍVEL NO SITE DA REVISTA, DEEZER, SPOTIFY E SOUNDCLOUD.

BRASIL VISTO DE FORA

prof.com.partilhando

UM BRASIL + PB

APRESENTAM A SÉRIE
BRASIL VISTO DE FORA



Iuri — Johann Baptiste von Spix, Carl Friedrich Philipp von Martius (1823)

OUÇA O EPISÓDIO MAIS RECENTE POR MEIO DO CÓDIGO QR

No Canal **UM BRASIL** e
no podcast da **Revista PB**

SIGA NAS REDES
@canalumbrasil @pbrevista

Temporada de oito entrevistas com estudiosos de todo o mundo sobre o cenário brasileiro

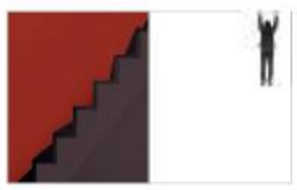
UM BRASIL, plataforma multimídia que promove o diálogo permanente sobre os principais assuntos do país e **PB**, revista que há quase 60 anos retrata as realidades brasileiras, se unem na produção desta série inédita.

APOIO CULTURAL revista piauí

REALIZAÇÃO FECOMERCIOSP

TUTU

SUMÁRIO



8 Capa
REFORMA QUER REDUZIR PRIVILÉGIOS



16 Entrevista
JORGE SOTO, DIRETOR DA BRASKEM, FALA SOBRE ECONOMIA CIRCULAR

20 Ciência
LIVRO ANALISA RESPOSTA À PANDEMIA



22 Saúde
PARCERIA VIABILIZA FÁBRICA DE VACINAS

26 Site PB
ECONOMIA, POLÍTICA E CULTURA

28 Educação
REGULAMENTAÇÃO DO ENSINO DOMICILIAR SOFRE PRESSÕES



32 Artigo
"MESTRES DO IMPROVISO", POR VINICIUS MARIANO DE CARVALHO

34 Economia
O VAZIO DOS ESCRITÓRIOS NA PANDEMIA



38 Artigo
"UM CURTO PRAZO DE VALIDADE", POR PAULO DELGADO

39 Artigo
"TAXA DE JUROS E DÍVIDA PÚBLICA", POR ANTONIO LANZANA



40 Mobilidade
CARROS ELÉTRICOS NO RADAR DAS MONTADORAS



44 História
FARDADOS NO PODER

46 Brasileiros
ANDRÉ SOLER E VINÍCIUS LIMA, DO SP INVISÍVEL

Cuidar do Brasil

As reformas necessárias ao Brasil caminham entre avanços e retrocessos. O momento atual, porém, não admite mais adiamentos para as transformações substanciais que o País requer. Exemplo disso é o debate sobre a Reforma Administrativa, que abre espaço para uma reflexão cuidadosa com relação à viabilidade dos pontos apresentados pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020.

Explorada na matéria de capa da mais nova edição da **Problemas Brasileiros**, a reforma prevê eliminar desequilíbrios no funcionalismo público, otimizar a gestão de pessoas e racionalizar os gastos do governo. Entre várias outras questões, a PEC mantém a garantia da permanência no cargo apenas para as chamadas "carreiras típicas de Estado" (ainda não especificadas). Além disso, veda privilégios que aprofundam a desigualdade no serviço público, como licença-prêmio, férias superiores a 30 dias e diminuição da jornada sem que a remuneração também seja reduzida.

Uma ampla reforma, ainda para este ano, talvez não encontre condições políticas favoráveis às mudanças desejadas, o que não impede que seu debate ganhe protagonismo na agenda nacional. É preciso conscientizar os envolvidos de que as vantagens de algumas poucas categorias não podem estar acima do interesse nacional.

Saúde e educação também estão entre os destaques deste número. Falamos sobre a Parceria Público-Privada (PPP) que permitiu a captação de R$ 180 milhões para a construção da nova fábrica de imunizantes do Instituto Butantan. Além disso, abordamos os aspectos que envolvem a possível regulamentação do ensino domiciliar – tema controverso que não pode dilatar, ainda mais, o abismo nos índices de aprendizagem do País.

Na entrevista, conversamos com Jorge Soto, diretor de Desenvolvimento Sustentável da Braskem. Buscamos conhecer como a economia circular pode contribuir para a redução dos impactos ambientais por meio do desenvolvimento de produtos com base renovável. O diálogo foi feito em parceria com o Canal UM BRASIL, uma realização da FecomercioSP.

Além da versão impressa, a revista *PB* oferece conteúdos exclusivos em áudio, vídeo e texto em seu site. Para isso, como seu princípio editorial estabelece, acolhe especialistas sem deixar de retratar os anônimos que protagonizam a realidade brasileira de todos os dias.

ABRAM SZAJMAN,
presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), entidade gestora do Sesc-SP e do Senac-SP

CAPA



prof.com.partilhando

ÓLEO NA MÁQUINA DO ESTADO

A fragilidade das contas públicas exige um plano de racionalização de gastos dos governos, a fim de se evitar o desperdício dos escassos recursos disponíveis. O País gasta em torno de 13,6% do Produto Interno Bruto (PIB) com pessoal, de acordo com dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A Reforma Administrativa em tramitação no Congresso resolveria boa parte do problema, mas deve enfrentar resistências corporativistas, correndo o risco de ser desidratada.

texto EDUARDO RIBEIRO | ilustração PAULA SECO



Engessado a um modelo operacional antigo nada meritocrático e voltado aos processos, e não aos resultados, o setor público brasileiro foi reformado pela última vez em 1998, no âmbito federal, mas precisa de uma revisão mais ampla para garantir que os atuais obstáculos à melhora na qualidade de prestação de serviços sejam removidos. Hoje, a máquina pública gasta o equivalente a 13% do PIB, com salários e benefícios de servidores na ativa, segundo dados do Banco Mundial. A média nos países que integram a OCDE é de 9,9%.

Estes números foram destacados na nota técnica "O peso do funcionalismo público no Brasil em comparação com outros países", elaborada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Aos gastos fixos do governo, somam-se os altos salários e os privilégios pagos ao Poder Judiciário, que correspondem a 1,3% do PIB, segundo o documento. Assim, o Brasil supera, neste quesito, países como Espanha (0,12%), Argentina (0,13%) e Reino Unido (0,14%).

Nos últimos 20 anos, o contingente de funcionários públicos dobrou no Brasil – boa parte deste crescimento concentrado no nível municipal. Estados, municípios e governo federal, juntos, têm 11,4 milhões de postos de trabalho, apontam dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Logo, esta estrutura inchada virou uma bola de neve. Mantidas as regras atuais, a conta pode chegar ao equivalente a 14,9% do PIB em 2030, pelos cálculos da consultoria Oliver Wyman. Atualmente, a despesa total com a folha de pagamentos bate R$ 930 bilhões por ano.

A renda média dos funcionários públicos brasileiros subiu 20,4% desde 2012, enquanto a remuneração do setor privado aumentou apenas 7,1%. O cálculo é da consultoria IDados. A pesquisa identifica que, ao fim de 2020, os funcionários públicos chegaram a ganhar 76% a mais do que os trabalhadores comuns.

Uma engrenagem mais moderna, e eficiente, daria fôlego ao governo para formular políticas públicas que melhor atendam à população e ajudem a restaurar a igualdade de oportunidade no País.

DEBATE ABERTO

O governo encaminhou ao Congresso a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 32/2020, que pretende promover uma Reforma Administrava acabando com regalias como estabilidade e adicionais por tempo de serviço. O deputado Darci de Matos (PSD-SC) é o relator do texto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. Figura na proposta que todos os servidores sejam submetidos a avaliações de desempenho. Caso

o resultado se apresente negativo, o funcionário fica sujeito à demissão. Ficará vedada a concessão de férias por mais de 30 dias, adicional e licença-prêmio por tempo de serviço. O recebimento de salário integral na aposentadoria será usufruído apenas por funcionários de carreiras típicas de Estado, como diplomatas. E futuros servidores que não exerçam este tipo de cargo não terão direito à aposentadoria integral.

Contudo, a proposta vem recebendo críticas por deixar de fora os atuais servidores e determinadas categorias – juízes, procuradores, promotores, deputados, senadores e militares deverão ser poupados nas mudanças de regras.

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) é favorável à Reforma Administrativa, inclusive, prioritariamente à Tributária. "A ideia é que, primeiro, seja definido um universo menor de gastos para, depois, determinar como vai financiá-los pelos impostos", esclarece André Sacconato, assessor econômico da Entidade. "Como está estruturado o setor público, ele é um grande gerador, se não o maior, de desigualdades no Brasil. Toda a estrutura do funcionalismo faz com que o funcionário público, em todos os níveis, seja um privilegiado. E as pessoas mais pobres é que sofrem com grandes impostos para manter esta estrutura."

MUDANÇAS E RESISTÊNCIAS

A ausência de membros do Executivo, do Legislativo, do Judiciário e militares na PEC, na perspectiva do relator, não viola direitos nem garantias individuais da Constituição. O parlamentar argumenta que as categorias obedecem a normativos próprios, que não podem ser alterados por sugestão do Executivo. Eventuais mudanças para elas precisariam ser propostas pelos próprios órgãos ou incluídas pelo Congresso.

"COMO ESTÁ ESTRUTURADO O SETOR PÚBLICO, ELE É UM GRANDE GERADOR, SE NÃO O MAIOR, DE DESIGUALDADES NO BRASIL. E AS PESSOAS MAIS POBRES É QUE SOFREM COM GRANDES IMPOSTOS PARA MANTER ESTA ESTRUTURA."

ANDRÉ SACCONATO, assessor econômico da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP)

Sobre o motivo de a PEC não alterar vantagens dos servidores atuais, embora haja pressão popular para isso, Darci de Matos explica que "não muda porque, se tirar direitos atuais, a PEC pode não andar". A respeito de como serão definidas as carreiras de Estado mantidas com estabilidade, o deputado afirma que estas não serão delimitadas na PEC. "Serão definidas por projeto de lei depois. O que podemos estabelecer na PEC é o conceito, não a classificação dessas carreiras."

O texto da PEC insere um processo de seleção mais rigoroso para entrada em cargo público. Se, hoje, o candidato aprovado passa por três anos de estágio probatório – período que visa a aferir se o servidor público possui aptidão e capacidade para o desempenho do cargo no qual ingressou por força de concurso público –, a partir da

O QUE MUDA COM A PEC 32

- Cria diferentes tipos de vínculo
- Restringe estabilidade aos cargos típicos de Estado
- As carreiras com direito ainda serão definidas. Necessitam de concurso e não podem ter redução de remuneração nem de jornada
- Abre possibilidade para cargos por tempo indeterminado, sem estabilidade e dependente de concurso
- Servidor passa por avaliação antes de assumir cargo público efetivo
- Demissões por questões partidárias são impedidas
- Servidores públicos em atividade, no momento da aprovação das medidas, não serão contemplados

reforma, passaria por dois anos com um vínculo de experiência e mais um ano de estágio.

"O topo da pirâmide salarial dos servidores é composto por poucas categorias, mas com salários muito elevados. Por outro lado, a base é composta por categorias das atividades finalísticas [*de atendimento ao público*], como saúde, educação e segurança, em que os salários são, em média, mais baixos", opina Ana Carla Abrão Costa, economista e sócia da consultoria Oliver Wyman. Esta estrutura, sintetiza ela, canaliza recursos para remunerar de forma generosa uma pequena parcela de servidores, ao mesmo tempo que penaliza a maioria com salários mais baixos.

A economista afirma que corrigir esta disfunção é parte de um processo que passa pela limitação dos salários no topo, pela correção dos salários de entrada para algumas categorias e pela eliminação dos privilégios que têm drenado recursos públicos e gerado a desigualdade salarial – o que se tornou característica na máquina brasileira.

Ana Carla, porém, não se mostra otimista. "Ao tomar por base as últimas decisões do Congresso, temo que o que está por vir seja muito pior do que, como sabemos, o que já é péssimo", diz. Em vez de partir da estabilidade, ela acredita que a reforma deveria ser iniciada "de uma ampla revisão das atuais leis de carreiras da administração pública".

A Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa (FPMRA) foi instaurada para discutir a PEC 32/2020. De acordo com o deputado Tiago Mitraud (Novo-MG), presidente da frente, o colegiado debate a inclusão dos servidores atuais e de membros de outros poderes. Mitraud observa que o Estado brasileiro não tem uma estrutura de gestão de pessoas que permita valorizar e reconhecer os bons servidores, com regras que sirvam de estímulo para o melhor desempenho. O deputado espera que, ainda neste primeiro semestre, sejam aprovados pelo menos dois importantes projetos: além da PEC 32, o Projeto de Lei (PL) 6.726/16, que prevê o fim dos supersalários. Depois, ao longo do ano, a frente buscará aprovar também o projeto de modernização dos concursos públicos (PL 252/2003), que está tramitando na CCJ.

O EXEMPLO PORTUGUÊS

Após atravessar uma profunda recessão na década passada, com mudanças na administração pública, Portugal atingiu a retomada econômica. E a modernização da governança tem sido o motor dos resultados positivos, principalmente na recuperação do emprego. Meritocracia na contratação, encolhimento de carreiras, programa de redução salarial e demissão voluntária foram algumas das medidas adotadas.

O número de órgãos públicos foi reduzido de 518 para 187, e as 1.715 carreiras, transformadas em apenas três gerais, com funções de níveis básico, intermediário e superior.

GESTÃO DE PESSOAS

Embora busque trazer conceitos corretos como a meritocracia, flexibilidade e competências, a proposta está sendo debatida, no entender de Ana Carla, de maneira invertida. "Começar a discussão da reforma pela estabilidade é iniciar pelo fim. Temos muito a fazer racionalizando a atual estrutura de carreiras, implantando avaliações de desempenho e eliminando as distorções que saltam aos olhos antes de discutir quem é e quem não é carreira de Estado." Além disso, para ela, ao eliminar os atuais servidores e os membros dos poderes, a proposta já parte da manutenção da desigualdade.

Instaurar uma avaliação de desempenho efetiva, mas também impor um "basta" à progressão automática – passagem do servidor para o padrão imediatamente superior dentro da classe ou categoria por tempo de carreira, e não por mérito avaliado – são alguns dos desafios a serem enfrentados para a modernização do serviço público no Brasil, na opinião do cientista político Luiz Felipe d'Ávila, fundador do CLP – Liderança Pública. "Muitos servidores já ingressam no serviço público com remunerações elevadas, alcançando, em pouco tempo, o topo da carreira."



SUPERSALÁRIOS FURAM TETO CONSTITUCIONAL

A Constituição estabelece um limite de remuneração para servidores públicos, o chamado "teto de remuneração". Esse limite é medido pelo subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), atualmente em R$ 39.293,32. Portanto, quem ganha mais do que isso, está recebendo um supersalário, segundo o julgamento constitucional. Fato é que a regra vem sendo driblada por meio do pagamento de supostas indenizações excepcionais a algumas carreiras, incluindo juízes, ministros, procuradores e outros profissionais. O salário é "turbinado" com penduricalhos, como "auxílio-creche", "auxílio-aluguel" e outros benefícios.

"É uma indenização por prejuízo nenhum, apenas uma forma oculta de pagar remunerações maiores para o teto", critica Sundfeld. "Temos de mexer nisso, sem dúvidas, mas na Constituição de novo? Não. O que temos de fazer agora é aprovar um PL que regulamente com clareza o que seja indenização que possa ser paga além do teto, estabelecendo limites e resolvendo dúvidas de interpretação para que deixe de ocorrer a manipulação praticada em muitos segmentos."

Embora apenas 0,23% dos servidores tenham rendimentos superiores ao teto, com um adicional médio mensal de R$ 8,5 mil, estas remunerações geram um custo de R$ 2,6 bilhões por ano aos cofres públicos, de acordo com levantamento do CLP.

Resolver esta disfunção salarial é o foco do PL 6726/18, de autoria do deputado Rubens Bueno (Cidadania-PR). Se nada for feito neste sentido, os supersalários vão sugar R$ 26 bilhões em recursos públicos em dez anos, de acordo com o CLP.

Uma portaria do Ministério da Economia, publicada no dia 30 de abril, elevou o salário de cerca de mil servidores federais em até 69%, estourando o teto constitucional. A portaria criou uma espécie de "teto duplo", pois estabelece que o limite remuneratório incida separadamente para cada um dos vínculos, no caso de aposentados e militares inativos que continuem em atividade no serviço público.

O impacto fiscal da medida é estimado pelo governo em aproximadamente R$ 66 milhões ao ano. O ministério alega que a aplicação deste entendimento foi aprovada pela Advocacia-Geral da União (AGU) em dezembro de 2020.

A contradição do governo ao adotar uma medida que aumente salários de uma pequena parcela do funcionalismo, ao mesmo tempo que congele os salários dos servidores públicos, comprometerá os planos para uma Reforma Administrativa ampla.

SOB PRESSÃO

Uma das principais bandeiras de Paulo Guedes, ministro da Economia, as mudanças nas carreiras do funcionalismo, anunciadas entre as prioridades do governo em 2019, pode ser que fique para 2023. Isso porque com a pressão da própria base de deputados do presidente Bolsonaro, aliado ao *lobby* dos servidores, é preferível que conflitos políticos sejam evitados a um ano das eleições.

A Reforma Administrativa passou por desidratações antes mesmo da primeira votação. Saíram os trechos que redefiniriam princípios para a administração pública; a possibilidade de o Poder Executivo fundir, transformar ou extinguir autarquias; e a passagem que impedia servidores de carreiras típicas de Estado exercerem qualquer outra atividade remunerada. Hoje, os princípios da administração pública são a "legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência". O governo queria incluir "imparcialidade, transparência, inovação, responsabilidade, unidade, coordenação, boa governança e subsidiariedade.

NO LIMITE

O Brasil é o 7º país que mais gasta com servidores públicos. Considerando apenas o nível federal, o Poder Executivo responde pela maior parcela da despesa, com 75,7%. Com um adicional médio de rendimento mensal de cerca de R$ 8.500, considerando os cerca de 11 milhões de servidores, isso equivale a aproximadamente 25 mil servidores com proventos acima do teto (R$ 39.293,32).

DESPESAS COM SERVIDORES PÚBLICOS
EM PROPORÇÃO DO PIB (%), EM 2018



Fonte: *CNI, com dados do FMI (Compensation of employees).*

DESPESA DO PODER JUDICIÁRIO
COMO PORCENTUAL DO PIB (%)



Fonte: *Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil*

"AO ELIMINAR OS ATUAIS SERVIDORES E OS MEMBROS DOS PODERES, A PROPOSTA JÁ CHEGA PECANDO CAPITALMENTE, POIS PARTE DA MANUTENÇÃO DA DESIGUALDADE."

ANA CARLA ABRÃO, economista e sócia da consultoria Oliver Wyman

A Constituição já prevê que a avaliação de desempenho pode ser usada, inclusive, para eventual dispensa de servidor público estável, lembra Carlos Ary Sundfeld, professor titular de Direito da Fundação Getulio Vargas (FGV). "Isso quer dizer que não precisamos mudar, nem inchar, a Constituição", diz. Ele esclarece que não é preciso acabar com a estabilidade para dispensar servidores estáveis que tenham continuamente mau desempenho, em decorrência da falta de aptidão ao serviço. De acordo com o professor, a medida não é aplicada porque os governos não mostram interesse em avaliar o desempenho dos servidores, e as avaliações que existem são apenas para aumentar benefícios. "Nosso desafio é, por um lado, aprovar leis que regulamentem coisas que a Constituição já permite, e, de outro, fazer com que os governos passem a ter como prioridade usar estas ferramentas de gestão."

O professor considera que o texto atual da PEC 32 tem aprovação quase impossível. "Com promessas vagas, algumas perigosas ou confusas, lançam-se dúvidas e incertezas sobre gerações futuras de servidores e se abre espaço para constitucionalizar as distorções já existentes."

ESTIMATIVAS

Com uma Reforma Administrativa focada em três eixos – aumento do tempo necessário para promoções e progressões, redução do salário inicial das carreiras e redução na taxa de reposição dos servidores que se aposentam ou morrem –, União e Estados poderiam economizar, nos próximos dez anos, R$ 128 bilhões. O cálculo faz parte do impacto de medidas de gestão de pessoas sobre as despesas com pessoal da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal (IFI).

Na projeção do IFI, somente novos servidores estariam sujeitos às três medidas. Os impactos seriam de R$ 57 bilhões para a União e de R$ 71 bilhões para os Estados. As maiores economias seriam para São Paulo (R$ 15,9 bilhões), Bahia (R$ 7,2 bilhões), Paraná (R$ 6,7 bilhões) e Rio de Janeiro (R$ 4,9 bilhões).

A IFI calcula também um corte adicional de R$ 43,2 bilhões, com uma suspensão temporária de progressões e promoções na hipótese de acionamento de medidas adicionais de contenção de despesas por dois anos, valor divido meio a meio entre União e Estados. Esta mudança valeria inclusive para os atuais servidores.

&

ENTREVISTA

Foto: divulgação

JORGE SOTO

entrevista
JULIANA GARÇON

A BRASKEM – GIGANTE BRASILEIRA DO SETOR PETROQUÍMICO – É LÍDER EM SEU SEGMENTO E REFERÊNCIA EM AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE, INVESTINDO EM INOVAÇÃO PARA A REDUÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS. UMA DAS INOVAÇÕES FOI O PLÁSTICO VERDE, DESENVOLVIDO DO ETANOL DA CANA-DE-AÇÚCAR. JORGE SOTO, DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA MULTINACIONAL, ACUMULA MAIS DE 30 ANOS ATUANDO NAS COMPANHIAS QUE, EM 2002, FORMARAM A BRASKEM. EM ENTREVISTA AO CANAL **UM BRASIL**, UMA REALIZAÇÃO DA FECOMERCIO-SP, E PUBLICADA COM EXCLUSIVIDADE PELA *PROBLEMAS BRASILEIROS*, SOTO EXPLICA COMO A ECONOMIA CIRCULAR VEM IMPACTANDO EM QUESTÕES AMBIENTAIS E REVELA COMO A BRASKEM INCORPOROU ESTE SISTEMA PARA RECAPTURAR AS EMISSÕES QUE PROVOCAM OS GASES DO EFEITO ESTUFA.

O que é economia circular e o que ela tem a ver com as mudanças climáticas?

A economia circular é um sistema econômico para facilitar o uso eficiente dos recursos naturais. Os recursos ambientais estão sob ameaça, em muitos casos de escassez, e isso vem sendo percebido cada vez mais. É necessário utilizá-los da melhor forma, mantendo seu valor, ou até agregando valor a esses recursos; em alguns casos, regenerando seu valor ou o recuperando. Isso se faz de diversas maneiras, como projetar um produto para que ele possa ser reciclado. Ou reciclar o próprio produto, reutilizá-lo, vendê-lo como serviço, ou seja, é incorporação do sistema econômico para facilitar esse uso mais sustentável. No início da década de 2000, surgiu o conceito do cuidar do produto, olhando para o seu ciclo, e esse tipo de coisa evoluiu para o que chamamos hoje de economia circular.

No Brasil, com o desperdício que a gente pratica, isso tem impacto na adesão aos princípios de sustentabilidade?

Seguir os modelos previamente existentes, no mundo desenvolvido, nos empurrou a ter esse tipo de atitude, do engajamento do consumidor. O ponto é que o modelo que a maior parte dos países utilizou para se desenvolver foi o intensivo gasto de energia. Quando fazemos essa análise que diz respeito à "pegada" ecológica per capita, a desses países é muito maior que a do brasileiro. Por exemplo, a Dinamarca é muito famosa, mas um dinamarquês médio consome muito mais do que está disponível, aliás, 4,3 vezes o que está disponível no planeta. O Brasil, os países como um todo, seguiram um modelo de desenvolvimento que não olhou muito essa questão de disponibilidade de recursos. Agora estamos percebendo as consequências, e aí vem a conexão da economia circular com as mudanças climáticas. Nós todos estamos percebendo a frequência crescente de eventos extremos, as secas, os incêndios na Amazônia. E isso os cientistas demonstram que tem a ver com a forma como nós nos desenvolvemos. Vamos precisar fazer uma mudança enorme. Talvez vocês já tenham ouvido falar da expressão "carbono neutro". Aplica-se àquelas situações em que a gente vai conseguir, de alguma forma, capturar de volta aquilo que foi emitido. Nesse aspecto, o Brasil tem uma possibilidade enorme. Todo mundo fala da matriz energética brasileira 45% renovável ou da produtividade agrícola. Nós temos uma produtividade agrícola muito superior aos países nórdicos. E essa lógica de produtividade agrícola nos coloca uma possibilidade de um desenvolvimento diferente. Na Braskem, um dos nossos movimentos é a economia circular do carbono neutro. Entendemos que podemos fechar o ciclo no início, produzindo nossos produtos químicos e polímeros de matéria renovável. E podemos fechar no fim também, reciclando esses produtos, então fechamos dos dois lados. Graças ao uso dessa matéria-prima renovável, podemos tirar gás carbônico da atmosfera.

> VAMOS OUVIR E APRENDER, CONSIDERAR O QUE ESSAS CRIANÇAS ESTÃO NOS DIZENDO. É SIMPLESMENTE: 'DEEM-ME O DIREITO DE CONSTRUIR UM MUNDO MELHOR'. SE A GENTE NÃO TRABALHAR, NÃO DAREMOS ESSE DIREITO, E ISSO ME PARECE MUITO IRRESPONSÁVEL.

Que tipo de inovação tem sido frequente aqui no Brasil?

A inovação no Brasil ainda tem muito o que evoluir, mas, em alguns casos específicos, há destaques. A Braskem é reconhecida por ter criado processos que fazem esse tipo de desenvolvimento de produtos com base renovável. Entendemos que temos um potencial muito positivo, porque a inovação tem que ser viável do ponto de vista econômico. Felizmente, temos conseguido sucesso nessa lógica. Nosso setor de produtos plásticos, no Brasil, recicla mais ou menos 20% do material. Temos ainda que dar um destino adequado para esses outros 80%. Não é tão fácil fazer a reciclagem mecânica com, infelizmente, a gestão pública dos resíduos sólidos, que não funciona tão bem. Só para vocês terem uma ideia: 50%, mais ou menos, dos produtos que saem das casas das pessoas não têm um destino adequado, vão para buracos ou são queimados. Então nessas situações de resíduos sólidos, é muito importante também reciclar. Estamos investindo em tecnologia que nos per-

mita fazer reciclagem dos produtos que são mais difíceis por estarem sujos, a "reciclagem química", que seria pegar esse produto plástico e transformá-lo em produtos químicos, que podem ser utilizados na própria indústria química.

Poderia falar um pouco sobre o plástico verde?

São considerados verdes porque trazem contribuições ao meio ambiente. O polietileno, de origem renovável, tira da atmosfera em torno de três toneladas de gás carbônico por tonelada de produto. Do outro lado, há o conteúdo reciclado, daí a vantagem: tira resíduos do nosso ambiente.

Esses materiais mais caros impactam no custo final dos produtos?

Como todo produto novo que está em desenvolvimento, no início, ele é mais caro. Com o crescimento do conhecimento daquele processo, ele vai reduzindo seu custo. Tem o papel muito importante dos consumidores, principalmente aqueles com mais condições de tomar uma decisão com base nas questões de sustentabilidade, de não olhar apenas para o preço. Se você pode fazer isso, por que não? No longo prazo, é uma tendência do sistema econômico incorporar na precificação os impactos ambientais e sociais que aqueles produtos trazem. É necessário que haja uma precificação, e já começa a acontecer: 22% das emissões de gases do efeito estufa hoje já têm um sistema de precificação, isso significa que o custo associado à produção daquele produto aumenta de acordo com a emissão. Os preços dos produtos mais sustentáveis vão ficar mais competitivos por esse motivo.

Esse debate também consegue entrar no meio das médias e das pequenas empresas?

Temos contato com muitas empresas pequenas e médias em nossa cadeia de clientes e fornecedoras. As pequenas e as startups estão trazendo novidades para a nossa sociedade. E essa lógica de que o pequeno é mais frágil, quando se olha para a startup, vê o contrário, ela é pequena, mas é mais forte. Porque ela é mais ágil, mais inovadora, ela pode trazer uma solução que ninguém tinha conhecido. Nós criamos um programa, o Braskem Labs, para atrair startups que provoquem um impacto socioambiental positivo. Já celebramos [*parceria*] com cerca de 90 dessas startups, e 40% já receberam investimento.

Como vocês fazem para manter esse engajamento interno em torno de metas com os funcionários?

Nós nos envolvemos muito no processo de planejamento, de decidir aonde queremos chegar. Por exemplo, na definição dos ciclos de metas a longo prazo, ano passado, olhando para 2030, 2040 e 2050. Esse é o nosso segundo ciclo de melhoria de longo prazo. No primeiro, que foi de 2009 a 2020, conseguimos 85% do desempenho que desejamos, porque nos envolvemos na definição das metas, acompanhamos junto com eles como estávamos indo. Depois disso, avaliamos como aquela meta foi alcançada, e fazemos partilha de resultado.

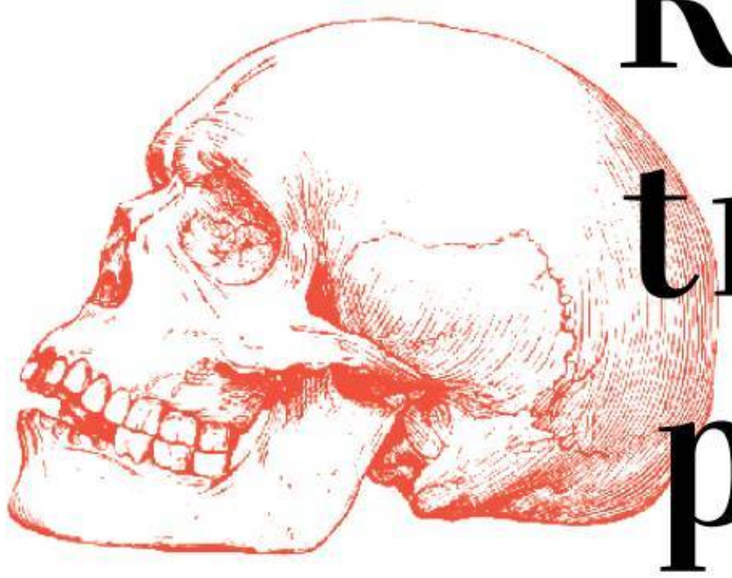
Olhando para as próximas gerações. Que mensagem deveríamos deixar para nossos filhos e netos desde agora?

Quando eu olho para os meus filhos e netos, vejo como eles estão sendo educados em um ambiente diferente. Isso me dá uma esperança enorme, de que teremos uma humanidade melhor. Nós estamos numa situação, vivendo o coronavírus, 27 milhões de pobres no Brasil. Qual é o futuro dessas pessoas, se não ouvir essas crianças e dizer-lhes: "Construam vocês um futuro melhor"? Dar-lhes um espaço de construir um futuro melhor. Assim como tem uma Greta Thunberg, que está gritando, vamos ouvir um pouco mais e aprender, considerar o que essas crianças e esses adolescentes estão nos dizendo. É simplesmente, assim: "Deem-me o direito de construir um mundo melhor". Se trabalharmos para termos um mundo mais sustentável, daremos esse direito. Se a gente não trabalhar por isso, não estamos dando esse direito a terem uma vida adequada, e isso me parece irresponsável. Digo a eles: temos oportunidade de fazer diferente. Essa agenda é muito positiva, eu diria que nós temos que aproveitá-la ao máximo possível. Vamos, portanto, trabalhar nesses jovens, nessas crianças, mas também no nosso próprio presente, trazendo um futuro melhor para todos nós, juntando a inovação e a sustentabilidade.

UM BRASIL é uma plataforma multimídia composta por entrevistas, debates e documentários com nomes dos meios acadêmico, intelectual e empresarial. O conteúdo destes encontros aborda questões importantes sobre os quadros econômico, político e social do Brasil.

ASSISTA À ENTREVISTA NA ÍNTEGRA POR MEIO DESTE CÓDIGO QR:

&



Respostas trágicas à pandemia

FOI GRANDE A VARIAÇÃO INTERNACIONAL DE RESPOSTAS GOVERNAMENTAIS AO COVID-19 EM 2020, COM RESULTADOS DESASTROSOS EM PAÍSES COMO O BRASIL, ÍNDIA E ESTADOS UNIDOS. ENQUANTO ISSO, VIETNÃ, ALEMANHA, COREIA DO SUL E NORUEGA TIVERAM MAIS SUCESSO NO ENFRENTAMENTO DA DOENÇA.

A análise das decisões políticas de países dos cinco continentes está no livro *Coronavirus politics* ("Políticas do coronavírus"), lançado em abril – e mencionado, alguns dias depois, na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da pandemia.

Antecipada a jornalistas brasileiros pela Agência BORI, a obra foi organizada e liderada pela professora Elize Massard da Fonseca, da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV – EAESP), com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), com Scott Greer e Elizabeth King, professores da Escola de Saúde Pública da Universidade de Michigan. O trio coordenou colaborações de mais de 60 autores.

Entre os principais achados está o entendimento de que, na maioria dos países estudados, as políticas de saúde adotadas estiveram dissociadas de políticas sociais. O livro foi uma das poucas evidências científicas mencionadas, além de um estudo da Universidade de São Paulo (USP) e da ONG Conectas que analisou declarações de Jair Bolsonaro e de pesquisa da Universidade de Oxford com a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) para testes da vacina Oxford/Astrazeneca no Brasil.

Com base na publicação, o senador Humberto Costa (do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT de Pernambuco) perguntou ao ministro Luiz Henrique Mandetta, no dia 4 de maio, se o governo teria adotado estratégia de deixar a maioria da população "se molhar" com o coronavírus – Bolsonaro teria dito que o covid-19 "é como chuva, todo mundo vai se molhar; quando 70% tiverem pegado, está tudo bem". O ministro deteve-se à outra pesquisa mencionada na pergunta, da USP e da ONG Conectas, que analisou falas do presidente sobre a pandemia.

A pergunta foi repetida pelo senador, no dia seguinte, durante a sabatina ao ministro Nelson Luiz Teich: "O presidente da República tinha todos os mecanismos para fazer face à pandemia e os teria utilizado no sentido oposto, [*a pesquisa mostra*] que há uma grande responsabilidade dele em relação a tudo o que está acontecendo. Eu pergunto se V. Sa. concorda ou não com essas colocações que foram feitas por esses pesquisadores". O ministro respondeu que desconhecia o trabalho.

CALAMIDADE ANUNCIADA

Coronavirus politics expõe que líderes tidos por *controversos* como Donald Trump (Estados Unidos), Jair Bolsonaro (Brasil), Sebastián Pinera (Chile) e Boris Johnson (Reino Unido) agiram de forma autoritária – e excêntrica – na resposta ao covid-19 por causa dos poderes constitucionais em seus países. "O presidencialismo e os governos autoritários, em geral, garantem a esses líderes instrumentos poderosos, o que nas mãos de um negacionista-populista pode ter efeitos devastadores", ressalta Elize.

O esforço comparado do livro também permite observar e compreender quais variáveis importaram (ou não) na resposta dos diversos países a uma crise que foi comum a todas as nações, como capacidade do sistema de saúde, regimes de governo e políticas sociais de auxílio aos mais afetados. "Diversos governos poderiam ter respondido melhor à pandemia. Nações desenvolvidas como Itália, Reino Unido e Espanha, que têm *expertise* em saúde pública, tiveram suas capacidades estatais anuladas em detrimento de ações políticas", comenta a professora da FGV.

A Agência BORI é um serviço único que apoia a cobertura da imprensa de todo o País à luz de evidências científicas. Na BORI, jornalistas cadastrados encontram pesquisas científicas inéditas e explicadas, contatos de cientistas de todo o Brasil preparados para atender à imprensa e treinamentos e materiais de apoio em áreas específicas da Ciência.
Acesse: **abori.com.br**

&

TODOS PELA VACINA

texto FILIPE LOPES

Nova fábrica de imunizantes do Instituto Butantan, que terá capacidade para produzir 100 milhões de doses por ano, está sendo erguida pela união de forças dos setores público e privado. Com articulação da sociedade civil, modelo de parceria ainda pouco utilizado no Brasil abre caminho para novos projetos nas áreas em que o Estado não consegue garantir serviços de qualidade à população.



Foto: Governo do Estado de São Paulo/Divulgação

A sociedade civil organizada, impactada pelas carências dos serviços públicos; a iniciativa privada, engajada em cumprir seu papel social, sem contrapartidas; e o Poder Público, incitado a vencer a inação política que dificulta a concretização de projetos eficazes. É esta união de fatores que está fazendo a diferença na busca por uma saída concreta das crises sanitária e econômica em que o mundo mergulha há mais de um ano: a vacina. Exemplo disso é a ação do Governo do Estado de São Paulo, por meio da Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade (Investe SP) e da Fundação Butantan, em parceria com a organização social Comunitas. Juntos, conseguiram captar R$ 187,8 milhões para a construção do novo Centro de Produção Multipropósito de Vacinas (CPMV).

Participam da iniciativa 41 grandes empresas, que doaram recursos para viabilizar as obras da fábrica de imunizantes de 7 mil metros quadrados – quase quatro vezes maior do que a atual fábrica do Butantan. As obras devem ser concluídas em setembro deste ano, e o novo centro começa a fabricação das vacinas em janeiro de 2022, com capacidade para produzir 100 milhões de doses por ano.

"A pandemia fez com que a sociedade despertasse para uma nova realidade: somente trabalhando junto e unindo esforços públicos e privados conseguiremos superar o vírus", afirma Regina Esteves, diretora-presidente da Comunitas, responsável por coordenar a arrecadação e a prestação de contas dos projetos de governança compartilhada.

A gestão das empresas se limita ao término das obras. Até lá, terão acesso às prestações de contas e ao andamento da empreitada. Após a conclusão da nova fábrica, a operação passa integralmente ao Instituto Butantan. Segundo Wilson Mello, presidente da Investe SP, foi criado um comitê geral de governança para acompanhar o processo de estruturação da nova fábrica. "Ele é composto por 12 membros e conta com a participação de representantes de entes públicos, privados e da Comunitas."

Além do comitê geral, há outros quatro, divididos em: recebimento de fundos para a nova fábrica; modelagem jurídica e *compliance*; execução da obra e montagem; e comunicação. Para garantir a transparência do processo e o amparo jurídico necessário, foram firmados contratos de prestação de serviços *pro bono* (não remunerado) com a PwC Brasil, encarregada pela modelagem jurídica e *compliance* referente a obras e instalações.

AUTONOMIA DE INSUMOS

A estrutura física do prédio que abrigará a nova fábrica de vacinas já existe no terreno do próprio órgão, onde, anteriormente, estava planejada a construção de uma fábrica de hemoderivados, medicamentos produzidos do plasma sanguíneo. A produção da vacina será totalmente nacional, pois elimina a necessidade de importação do Insumo Farmacêutico Ativo (IFA), matéria-prima do imunizante Coronavac – fruto da parceria do Instituto Butantan com a farmacêutica chinesa



Sinovac. Com a transferência de tecnologia e a ampliação das instalações, o Butantan terá independência produtiva.

Quando a fábrica estiver inaugurada, terá capacidade de produzir o seu próprio IFA para 100 milhões de doses por ano. Hoje, o instituto tem capacidade de enviesar cerca de 200 milhões, com IFA da China. Tiago Rocca, gerente de Parcerias Estratégicas e Novos Negócios do Butantan, avalia que o centro será fundamental não apenas para São Paulo, mas para todo o País. "Em um período de grave crise sanitária, como este que o mundo atravessa, é estratégico para o desenvolvimento nacional. Com a fábrica de vacinas do Butantan e a que está sendo construída pela Fiocruz [*Fundação Oswaldo Cruz*], o Brasil fica independente de outros países para a produção do IFA para as vacinas."

O gerente do Butantan salienta, porém, que ainda existirá dependência internacional de fornecedores ao longo da cadeia de imunizantes, que vai além do IFA, sendo que países asiáticos e europeus detêm a produção de equipamentos e de outros insumos que são obtidos via importação. Ainda assim, os ganhos que a nova estrutura proporcionará à saúde dos brasileiros são inúmeros, uma vez que a fábrica será preparada para o nível 3 de biossegurança, que permite trabalhar com vários tipos de vírus em escala industrial. "O Butantan tem em seu portifólio outras vacinas virais, como a antirrábica, hepatite A, chicungunha, entre outras, que precisam de produção em célula para crescimento do vírus e entrariam neste conceito [*de nível 3 de segurança*]."

O aumento da capacidade produtiva e a independência na fabricação do IFA também podem oferecer ao Butantan a oportunidade de internacionalizar seus produtos, tornando o Brasil um importante exportador de imunizantes, principalmente para a América Latina. "Temos uma aproximação grande, em especial com a Organização Panamericana de Saúde, que pode nos possibilitar atender aos países da América Latina, tão carentes de fabricação de imunizantes, tendo o Brasil como o principal produtor da região", afirma o gerente do instituto.

PROJETOS NO RADAR

O formato da Parceria Público-Privada (PPP) da fábrica de vacinas do Butantan poderá ser utilizado em outros projetos futuros, em áreas distintas. Segundo o presidente da Investe SP, o sucesso da parceria tripartite entre Poder Público, iniciativa privada e sociedade civil "demonstra a viabilidade da união de todos em projetos de impacto social e essenciais para a população".

Para a diretora-presidente da Comunitas, existe muito espaço em outras áreas para PPP de impacto social, e a educação deve ser o próprio foco da organização. "A pandemia trouxe um enorme desafio no campo da educação, pois a sociedade foi fortemente impactada com a paralisação do ensino, sendo necessário se fazer um debate público para encontrar soluções. Quando falamos sobre educação, estamos falando de investimento, inclusive para as empresas, pois uma geração qualificada retornará para a sociedade como melhor mão de obra. Assim como acontece com o Sistema Único de Saúde (SUS), o sistema educacional seria melhorado se houvesse investimento em tecnologia para cruzar dados entre sistemas", aponta Regina.

Rocca, do Butantan, apoia a ideia da diretora-presidente da Comunitas e acredita que o modelo de parceria possa ser ampliado nacionalmente, promovendo o "desenvolvimento tecnológico e na área da Saúde, para investimento em outros laboratórios públicos e privados, criando um complexo industrial de imunizantes".

O modelo de PPP, segundo Regina, garante ainda que os projetos não sofram pela interferência política ou ideológica, pois conta com o apoio de diferentes agentes da sociedade. "Precisamos ter no Brasil, principalmente nas políticas de impacto social, políticas de Estado, e não medidas de governo, presas a um mandado ou partido político. Somente com a participação de todos vamos mudar as coisas que estão erradas e promover o desenvolvimento de áreas fundamentais."

&

ABRAÇO DE IRMÃ.



[1]R$106,78 - Plano Smart 200 SP CA CP Enf (registro na ANS nº 477.827/17-8), do Grupo NotreDame Intermédica, faixa etária até 18 anos, com coparticipação e acomodação coletiva, abrangência geográfica de atendimento municipal (tabela de Outubro/2020 - SP). A disponibilidade e as características da rede médica e/ou do benefício especial podem variar conforme a operadora de saúde escolhida e as condições contratuais do plano adquirido. Planos de saúde coletivos por adesão, conforme as regras da ANS. Informações resumidas. A comercialização dos planos respeita a área de abrangência das respectivas operadoras de saúde. Os preços e as redes estão sujeitos a alterações, por parte das respectivas operadoras de saúde, respeitadas as condições contratuais e legais (Lei nº 9.656/98). Condições contratuais disponíveis para análise. Maio/2021.

Os produtos do Grupo NotreDame Intermédica são comercializados pela empresa Clube de Saúde. A empresa Clube de Saúde faz parte do Grupo Qualicorp.

FECOMERCIOSP

Qualicorp

PROTEJA O ESSENCIAL

com um plano de saúde que cabe no seu bolso.

Só com a Qualicorp e com a **FECOMERCIO-SP** você, **Empregador do Comércio**, tem condições especiais na adesão de um dos melhores planos de saúde do Brasil.

A partir de:

R$ 107[1]

SulAmérica Saúde

bradesco saúde

Central Nacional Unimed

amil

Grupo NotreDame Intermédica

Ligue:

0800 799 3003

Se preferir, simule seu plano em **qualicorp.com.br/oferta.**

SulAmérica: **ANS nº 006246**

Bradesco Saúde: **ANS nº 005711**

Central Nacional Unimed: **ANS nº 339679**

Amil: **ANS nº 326305**

Grupo NotreDame Intermédica: **ANS nº 359017**

Clube de Saúde: **ANS nº 419290**

Qualicorp Adm. de Benefícios: **ANS nº 417173**

Sobrevivendo na pandemia

Sem o apoio do Poder Público, pequenos negócios de impacto social buscaram (e conseguiram) outras fontes de suporte para continuar em atividade na pandemia. Recursos emergenciais vieram do fundo emergencial Volta Por Cima, organizado pela Organização Não Governamental (ONG) Artemísia, em parceria com a Articuladora de Negócios de Impacto da Periferia (Anip) e o Banco Pérola. Joyce Izauri de Jesus, da Enjoy Orgânicos, delivery de alimentos orgânicos criado em 2018, e o marido, Robert Pereira, sócio da empresa, são exemplos de pessoas que conseguiram sobreviver no período com os recursos.
O fundo captou R$ 1,1 milhão da iniciativa privada, de grupos como Votorantim Cimentos, Gerdau, Instituto C&A, Fundação Telefônica Vivo, B3 Social e Fundação Tide Setubal. As empresas contempladas receberam R$ 15 mil, a serem pagos em 12 parcelas sem juros, com carência de seis meses.





Foto: Christian Parente

Entre armas e shopping center

É assim que o publicitário Washington Olivetto analisa os postulantes à presidência do Brasil, em 2022. Em entrevista ao site da PB, Olivetto lista as qualidades dos candidatos como garotos-propaganda.

Começando pelo presidente Jair Bolsonaro, o publicitário indica que ele seria adequado como protagonista de propaganda armamentista; Lula é apropriado para uma marca que esteja sendo relançada no mercado; Ciro Gomes estaria vinculado a um produto agressivo e com credibilidade; Guilherme Boulos seria promotor do segmento ecológico; e João Doria protagonizaria ações promocionais para shopping center.

Na conversa com o repórter Guilherme Meirelles, Olivetto fala ainda sobre a imagem internacional do País, o sucesso da cantora Anitta e planos para o futuro próximo.

Cumplicidade entre Brasil e África

Diplomata com mais de 35 anos de carreira e especialista nas relações entre Brasil e África, a embaixadora Irene Vida Gala analisa as transações culturais e econômicas entre entre os continentes e lamenta a falta de tato do governo brasileiro em não separar os casos de corrupção, escancarados pela Operação Lava Jato, das oportunidades de mercado.

As relações comerciais entre o Brasil e o continente africano esquentaram no início dos anos 2000, quando empresas importantes como a Vale do Rio Doce e a Petrobras iniciaram suas atividades na África. Após os escândalos de corrupção, Irene afirma que "jogamos a água do banho junto com a criança" e muitas companhias se refugiaram em países europeus.

Metal pesado ameaça Tapajós

O crescimento do garimpo ilegal na região do médio Rio Tapajós, entre os municípios de Itaituba e Trairão, é responsável pela contaminação por mercúrio de 100% dos indígenas mundurucus. Foi o que mostrou a pesquisa realizada pela Fiocruz em parceria com o WWF-Brasil.

A exposição contínua ao metal produz fadiga, irritabilidade, dores de cabeça, falta de sensibilidade nos braços e nas pernas e dificuldade de deglutição. Além disso, podem resultar também em sintomas mais graves, como distúrbios sensoriais em mãos e pés, danos a visão e audição, fraqueza e, em casos extremos, paralisia e morte, revela apuração da Amazônia Real.

EDUCAÇÃO





O PAPEL DA ESCOLA EM DEBATE

texto ISABELLA MACEDO | ilustração ESTÊVÃO VIEIRA

Há anos demanda de grupos religiosos, a regulamentação do ensino domiciliar, ou o *homeschooling*, para os que preferem o termo em inglês, voltou à ordem do dia no Congresso Nacional após a eleição do novo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Eleito em fevereiro deste ano com o apoio do Palácio do Planalto, Lira deu andamento à pauta, que estava parada desde abril de 2019. Como relatora foi escolhida a deputada Luisa Canziani (PTB-PR) e, segundo ela, o Projeto de Lei (PL) 2401/2019, que trata do assunto, deve ser votado ainda no primeiro semestre deste ano [*veja detalhes da tramitação na pág 30*].

"A gente obviamente vai procurar, na medida do possível, fazer uma interlocução com as bancadas partidárias e estaduais para deixar o texto lapidado, que vai priorizar duas coisas: primeiro, assegurar o direito das crianças e, em segundo plano, resguardar o dever das famílias", afirma a parlamentar. Na esteira da discussão no Congresso, Estados como Paraná, Rio de Janeiro, Goiás e Bahia também já debatem a regulamentação da modalidade – o que, segundo especialistas em educação, só pode ser efetivado mediante uma legislação federal.

Ao redor do mundo, mais de 60 países permitem a educação domiciliar em seus territórios. A prática é permitida ou regulamentada em nações como Reino Unido, Austrália, Rússia e Estados Unidos, onde é mais disseminada e não há uma regulamentação federal, deixando que cada Estado crie as próprias regras.

Por outro lado, países como Suécia e Alemanha proíbem que pais eduquem os filhos em casa. Na Alemanha, que permite apenas para crianças e jovens com doenças graves ou filhos de diplomatas, um dos casos mais famosos é o da família Wunderlich, cujos filhos ficaram sob os cuidados das autoridades por três semanas após os pais se recusarem a mandar as crianças para a escola. A batalha judicial envolvendo a família teve início em 2005 e foi parar na Corte Europeia de Direitos Humanos (CEDH). O caso foi levado pelos próprios pais à corte, que concluiu, em 2019, que as crianças não tiveram seus direitos humanos violados.

No Brasil, há propostas em torno da ideia pelo menos desde 1995, mas foi em 2009, depois que o Ministério da Educação (MEC) emitiu um parecer considerando a educação domiciliar inconstitucional, que o tópico ganhou força. No ano seguinte, a Associação Nacional de Educação Domiciliar (Aned) foi criada para defender os interesses dos pais educadores. Contudo, somente em 2018, com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que a possibilidade foi oficialmente aberta. Naquele ano, o STF concluiu que o ensino domiciliar não é inconstitucional, mas precisa ser regulamentado pelo Congresso para que seja praticado.

PRIORIDADE DO GOVERNO

Em 2019, o presidente Jair Bolsonaro colocou a regulamentação do *homeschooling* entre as metas de sua equipe para os cem primeiros dias do governo. Tida como uma questão ligada a "costumes" – temas mais encampados pela ala radical do governo, que também defende a chamada "escola sem partido" –, a meta não foi para frente.

Pais e responsáveis ligados a grupos religiosos que apoiaram a eleição de Bolsonaro defendem a educação domiciliar especialmente por acharem que debates como a respeito de diversidade sexual não deveriam ser abordados na escola. Também se fala em *doutrinação* de visões ligadas à esquerda.

RITO ALTERADO

O PL não deve passar pela Comissão de Educação, onde os projetos de lei que tratam do assunto deveriam ser discutidos. A previsão é que ele vá direto ao plenário para ser votado. Isso porque acabou sendo apensado, ou seja, teve outros anexados ao seu teor original em 2019. O processo teve início em outubro daquele ano, quando foi enviado pelo governo federal e anexado ao originalmente apresentado em 2012 (PL 3179), pelo deputado Lincoln Portela (PR-MG). Com o apensamento, tornando-o uma matéria mais extensa e que abordaria outras questões, o documento teria de ser analisado por mais de três comissões (além da de Educação, também as de Direitos Humanos e Minorias, Seguridade Social e Família, além de Finanças e Tributação). Quando isso ocorre, o Regimento Interno da Câmara exige que seja criada uma comissão especial para analisar o conteúdo. Entretanto, dois meses depois, no início de dezembro de 2019, o então presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), reviu o entendimento. Além de anexar outro projeto ao original, o encaminhou à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que já poderia direcioná-lo ao plenário caso fosse aprovado.



Ricardo Iêne, presidente da Aned, desconversa sobre a ligação a grupos religiosos conservadores. "Isso depende muito. Você pode observar que existem nações com governo mais de esquerda que têm *homeschooling*. Nos países onde a inclinação é mais à direita, também. Querem colocar o *homeschooling* dentro da discussão ideológica, religiosa, dizer que somos fanáticos religiosos. Entre nós há famílias ateístas, budistas, *hare krishnas*, espíritas, católicas e evangélicas." Iêne observa que a defesa do *homeschooling* parte, principalmente, para garantir às famílias "o direito de escolher a modalidade de ensino" que seus filhos terão.

DIVERSIDADE INEVITÁVEL

Questionado sobre as principais razões para defender o ensino domiciliar, o MEC citou cinco, entre as quais as duas primeiras são exatamente as mesmas defendidas pela Aned: a primeira, por ser "mais uma opção para as famílias". A segunda, para assegurar "o cumprimento do direito das famílias à liberdade educacional". Na terceira razão apresentada pelo ministério, está a "distinção entre o exercício do direito à liberdade educacional e o crime de abandono intelectual".

O MEC alega que a regulamentação dará ao Poder Público a capacidade de concentrar esforços para identificar crianças e adolescentes que são vítimas de abandono intelectual das que têm ensino domiciliar. "Muitas famílias das mais diferentes classes sociais têm sido perseguidas e acusadas pelo crime de abandono intelectual quando, na verdade, estão dando aos seus filhos educação de qualidade. A regulamentação permitirá ao Poder Público não cometer a injustiça de confundir pais omissos com pais que levam a sério a responsabilidade pela educação de seus filhos", afirmou a pasta à PB.

Será possível, de acordo com o ministério, esclarecer estatísticas de evasão escolar, distinguindo crianças e adolescentes que deixaram a escola para serem educadas em casa. Por fim, a pasta também pontua que a regulamentação protegerá as famílias educadoras de preconceito e discriminação, outra razão alinhada aos defensores do ensino domiciliar. "Crianças e adolescentes que estudam em casa não têm direito a alguns benefícios que outros estudantes possuem, acesso gratuito a museus, bibliotecas públicas ou cinemas e teatro. A regulamentação trará solução para estes preconceitos e discriminações."

Entretanto, para Luciene Tognetta, doutora em Psicologia e coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Moral (Gepem), a educação domiciliar estreita a experiência de viver a diversidade das crianças, citando a convivência com o diferente para ampliar a compreensão, a tolerância e o respeito. Ela rebate o argumento de manutenção do direito democrático e afirma que se trata de levar em consideração apenas o próprio valor moral. "A própria explicação dada para se ter o *homeschooling* é exatamente o direito, que eles chamam de direito democrático, de terem os filhos criados sob a perspectiva de um determinado valor. Esse é um consenso bastante

primitivo de moral: eu estou apenas levando em consideração o meu valor, o que eu considero de quem são as pessoas, por exemplo, com quem os meus filhos vão poder conviver. Só que quando faço isso, desconsidero os valores que, na verdade, são mais do que religiosos, individuais ou culturais, são princípios universalmente desejáveis."

A doutora lembra que, no mundo atual, não seria possível subtrair da vida da criança ou do adolescente à natural convivência com pessoas de outras perspectivas e realidades. "Essas mesmas pessoas se esquecem que o mundo é feito de diferentes. E ela também é diferente, ou seja, não há como suprimir a possibilidade de relacionamento do filho dela com outras pessoas. Não há como suprimir a possibilidade de que ela vá a um médico e seja atendida, inclusive curada, por alguém que é gay. Ou que é negro. Ou que é coreano, oriental. Então, a diversidade está posta, não é algo que eu possa subtrair da educação do meu filho. Ela está posta, é algo que já construímos. Já passamos por várias guerras."

O Todos Pela Educação reforça que é contra qualquer incentivo à educação domiciliar. Na posição da entidade que defende melhorias na qualidade da educação básica, torná-la uma prioridade na gestão educacional parece equivocado e não deveria ser motivo de debate do parlamentares neste momento. "Afinal, trata-se de uma medida que passa longe do que precisa ser feito para melhorar a educação no Brasil e evidencia uma inversão de prioridades", afirma em comunicado. Para o Todos Pela Educação, "governo e Congresso devem estar dedicados especialmente às agendas estruturantes e emergenciais – que sofreram forte desaceleração em 2020 em razão da pandemia e aos problemas de gestão do MEC". Conforme mostrou um balanço anual divulgado em fevereiro pela entidade, as secretarias de educação estão desamparadas tanto no âmbito financeiro quanto de planejamento sobre acesso à tecnologia, ensino remoto, retorno às aulas, medidas de redução à evasão escolar e aumento de violência doméstica.

Regulamentar a educação domiciliar não afeta, na visão do Todos Pela Educação, apenas os atuais adeptos, mas também os milhões de estudantes que atualmente não o fazem, especialmente os mais vulneráveis. "O risco é regulamentar a educação domiciliar para um pequeno grupo e isto abrir espaço para comportamentos de risco na família, como abandono escolar, violência doméstica e exposição às mais diversas situações de privação e estresse tóxico que, hoje, são diretamente enfrentadas pelas escolas", alerta a entidade.

DIREITOS E DEVERES

Com a discussão em andamento no Congresso, a intenção inicial do governo era de fazer a regulamentação do ensino domiciliar por Medida Provisória (MP). Por esse instrumento, as regras teriam validade imediata por até 120 dias, mas não poderiam continuar em vigência caso o Congresso não as analisasse. Sob pressão, o governo desistiu da MP e enviou à Câmara um projeto de lei.

"ESSAS MESMAS PESSOAS [*QUE DEFENDEM O* HOMESCHOOLING] SE ESQUECEM QUE O MUNDO É FEITO DE DIFERENTES. A DIVERSIDADE ESTÁ POSTA, NÃO É ALGO QUE EU POSSA SUBTRAIR. É ALGO QUE JÁ CONSTRUÍMOS."

LUCIENE TOGNETTA, doutora em Psicologia e coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Moral (Gepem)

Segundo o texto, os pais ou responsáveis legais terão a "plena liberdade de opção entre a educação escolar e a educação domiciliar", mas deverão assegurar a crianças e jovens as convivências familiar e comunitária, previstas na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No início de abril, durante audiência pública realizada na Câmara, o ministro da Educação, Milton Ribeiro, defendeu a educação domiciliar e afirmou que as crianças poderiam socializar na igreja, por exemplo. "A própria família, clubes, bibliotecas e até mesmo a igreja, por que não?", indagou o ministro, que também é pastor presbiteriano.

Entre as regras, consta a previsão da apresentação anual de um plano pedagógico e a proibição do ensino domiciliar para a criança e o jovem cujos responsáveis estejam cumprindo pena por crimes previstos no ECA, por violência doméstica e crimes contra a dignidade sexual, crimes previstos no Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e crimes hediondos. Outra exigência dentro da atual proposta é de que pelo menos um dos pais deve ter ensino superior completo.

Enquanto o debate segue inconcluso, nos próximos meses será preciso que governo, entidades educacionais e sociedade observem com cautela os efeitos possivelmente colaterais de se avançar em um modelo novo sem garantia de equilíbrio entre direitos e deveres.

&

MESTRES DO IMPROVISO

VINICIUS MARIANO DE CARVALHO

é senior lecturer *de Estudos Brasileiros e diretor do King's Brazil Institute no King's College London*

"A preguiça é a mãe do progresso. Se o homem não tivesse preguiça de caminhar, não teria inventado a roda", diz o poeta Mario Quintana em um de seus últimos livros, *Da preguiça como método de trabalho*. O ditado popular, no entanto, nos lembra que, ao contrário, "é a necessidade que faz o sapo pular". Por preguiça ou necessidade, o fato é que nós, humanos, nos tornamos criativos e inovadores, inventando aparatos que transformam o mundo. Criatividade e inovação são características apreciadas em todas as profissões. Em muitas delas, essenciais.

Há uma certa ideia de que criatividade é algo inato. Algo que pode ter algum fundamento. No entanto, é evidente que bebês submetidos desde bem cedo a percepções multifacetadas do mundo, expostos a jogos e brincadeiras que estimulem uma formação dinâmica de sentidos, tendem a desenvolver também uma forma de pensar que reflete estas percepções múltiplas e criativas, ou seja, é, sim, possível educar para a criatividade. Poderia se dizer o mesmo sobre inovação?

É muito comum vermos memes diversos nas mídias sociais sugerindo que "a Nasa tem que estudar o brasileiro". Nós nos orgulhamos da criatividade e capacidade de se dar um jeitinho prático na invenção de soluções não ortodoxas. Esta criatividade é um ativo muito relevante no ambiente da inovação, mas não o suficiente para realmente gerar impacto econômico. Para que esta "invenção" tivesse realmente algum valor para a Nasa ela deveria ser seguida de estudos, testes, protótipos, avaliações, mais testes, protocolos, etc. Até que, enfim, pudesse ser traduzida em uma patente e tivesse algum impacto para além do improviso.

O *Global Innovation Index Report* (*globalinnovationindex.org*) de 2020 coloca o Brasil na posição 61 num ranking com 131 países. O índice leva em conta diversos fatores fundamentais para se assegurar que inovação se traduza em crescimento econômico – tais como instituições, capital humano e pesquisa, infraestrutura, sofisticação do mercado, sofisticação dos negócios – e *outputs* em conhecimento, tecnologia e criatividade. Surpreende que, enquanto estejamos no número 35 em sofisticação de negócios, figuremos em 77°. em criatividade. O País não aparece entre as três maiores economias inovadoras nas regiões da América Latina e do Caribe, posições estas ocupadas por Chile, México e Costa Rica. O relatório reitera que os desequilíbrios são significativos na América Latina, que sofre de baixos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e inovação, além de uso incipiente de PI System (plataforma de gerenciamento de dados líder de mercado para operações industriais). Ressalta ainda que há uma desconexão entre os setores público e privado na priorização de P&D e inovação. Enfim, baixos investimentos e gerenciamentos de inovação impedem melhores resultados.

Enquanto não tratarmos o investimento em P&D e inovação como um fator fundamental para um posicionamento mais robusto internacionalmente, e não entendermos que P&D e inovação são basilares na estruturação de uma grande estratégia, continuaremos sendo os mestres do improviso, mas limitados na inovação. A criatividade dos brasileiros é inegável, mas é preciso que, da exclamação macunaímica "Ai, que preguiça!", passemos às invenções.

Para tanto, é necessário antes investimento em educação básica de qualidade; fomento aos talentos e à criatividade; massivo investimento em ensino superior, e que este ande lado a lado com pesquisa de ponta; diálogo entre público e privado e compreensão que devem estar juntos nesta empreitada; fomento a centros de inovação e pesquisa; incentivo ao desenvolvimento de patentes; e criação de um ambiente de valorização dos milhares de talentos, especialmente entre aqueles menos favorecidos e excluídos. Os mesmos que podem transformar criativamente o Brasil.

&

O *FORO DE TERESINA* ALCANÇOU A MARCA DE 10 MILHÕES DE DOWNLOADS.

O QUE ACONTECE EM BRASÍLIA NÃO FICA EM BRASÍLIA.



O podcast de política da **piauí.**

Às sextas-feiras, a partir das 11h, no seu tocador preferido.

Spotify · Apple Podcasts · Escute na Castbox · amazon music · deezer · Pocket Casts · Google Podcasts

piauí · RÁDIO NOVELO

ECONOMIA

METRÓPOLE ÀS AVESSAS

texto VINÍCIUS MENDES | ilustração ESTÊVÃO VIEIRA

Prédios inteiros às escuras. Shoppings desertos. Bairros, antes repletos de pessoas – a maioria, funcionários de escritórios –, vazios ao longo do dia. Restaurantes relegados ao serviço de entrega, assim como bares e espaços ao ar livre onde até antes da pandemia de covid-19 aconteciam animados *happy hours* todos os dias da semana. A descrição, feita por uma reportagem do jornal *The New York Times* para relatar a situação de algumas das principais metrópoles dos Estados Unidos (como Nova York e Chicago) cabe perfeitamente a São Paulo – maior cidade brasileira, que tem cerca de 12,3 milhões de habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e que reúne 9,4% de todas as sedes de empresas do País, de acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Primeira capital a registrar um caso de covid-19, São Paulo foi uma das primeiras a ver muitas de suas empresas mudando o regime dos colaboradores para o home office – de forma que, um mês depois, os jornais mostravam, surpresos, as ruas vazias de uma metrópole que, até então, se dizia "imparável". Naquela mesma época, entre março e maio de 2020, a cidade registrou as maiores taxas de isolamento desde o início da crise: 59%, segundo o Sistema de Monitoramento Inteligente de São Paulo (Simi-SP). No último levantamento, de abril de 2021, a taxa era de 48%.

A dinâmica que a cidade precisou colocar em prática, principalmente em relação ao trabalho, pode transformá-la para sempre, e o mercado de imóveis comerciais paulistano já tenta imaginá-la após a pandemia. "Alguns setores se adaptaram muito melhor ao home office do que outros, como no caso dos serviços", diz Reinaldo Gregori, fundador e CEO da Cognatis, empresa especializada em geomarketing.

"No entanto, a transformação do varejo pode ser ainda maior que a do setor imobiliário, porque corredores importantes de vendas, como as avenidas Paulista e Faria Lima, devem perder relevância para aqueles que estão nos bairros, onde as pessoas efetivamente moram, porque são onde elas estão consumindo hoje", continua ele.

Dados da SiiLA Brasil, uma multinacional de monitoramento do mercado imobiliário comercial, obtidos com exclusividade pela *Problemas Brasileiros*, mostram que a região empresarial da Marginal Pinheiros, um dos CBDs (Central Business District, na sigla em inglês) mais importantes da metrópole, encerrou o primeiro trimestre de 2021 com uma taxa de vacância de 29,48% dos seus escritórios – patamar considerado alarmante.

"Quando passa dos 27%, se torna uma disputa de barganha, na qual o proprietário que cede mais é o que conquista o inquilino. Isto acontece porque, nesta situação, em que há muita oferta e pouca demanda, os proprietários ficam desesperados: eles precisam alugar seus imóveis que, vazios, ainda vão gerar custos para eles", explica Giancarlo Nicastro, CEO da empresa.

Na região da Berrini, outro centro empresarial importante de São Paulo, a taxa de vacância está perto disso: 26,67%. No bairro em que até antes da pandemia circulavam cerca de 74 mil pessoas por dia, segundo a empresa de análise de dados Neoway, o que se vê hoje é um movimento muito menor. Entre o fim de março e o começo de abril, com as medidas mais rígidas de isolamento adotadas pelo governo estadual, os restaurantes – que antes viviam dos colaboradores das empresas ali sediadas – voltaram a fechar seus salões, enquanto as lanchonetes e os bares permanecem parcialmente abertos, embora vazios. Estabelecimentos comerciais como livrarias e lojas, por sua vez, estão sem funcionar desde então.

O LIMBO DOS PEQUENOS NEGÓCIOS

Entre o balcão de pagamentos e uma vitrine de vidro, Sérgio Vieira observa atentamente o movimento dos seis guindastes que erguem as torres do que, em alguns anos, será o Parque da Cidade. O empreendimento, que inclui salas comerciais, edifícios residenciais, um parque linear, restaurantes e lojas, fica em um dos pontos comerciais

"O CENÁRIO É DE REDUÇÃO DOS ESPAÇOS DAS EMPRESAS. COM ISSO, VEMOS UM VOLUME GRANDE DE DEVOLUÇÕES DE IMÓVEIS. OS NEGÓCIOS TENTAM SE SALVAR COLOCANDO DINHEIRO NAS OPERAÇÕES, NÃO EM UM ESCRITÓRIO QUE NÃO ESTÁ SENDO USADO."

GIANCARLO NICASTRO, CEO da SiiLa Brasil,
multinacional de monitoramento do mercado imobiliário comercial

mais estratégicos de São Paulo: no limite entre as avenidas Berrini e Chucri Zaidan.

Até o início da pandemia, Vieira era proprietário de dois mercados pequenos, sendo o mais lucrativo deles encravado em meio ao conglomerado de prédios comerciais da Chucri Zaidan. "A fila começava lá fora e dava a volta nas gôndolas aqui", conta ele, apontando para os desérticos corredores improvisados.

Em 14 meses, porém, a situação mudou: mesmo enquadrado como atividade essencial dentro do Plano São Paulo, do governo paulista, a queda do movimento fez com que ele fechasse as portas de um dos mercados e visse o faturamento do outro cair 40%. "Tem dias que eu vendo R$ 50 aqui. Eu abro as portas às 7h, e o primeiro cliente entra às 11h, e ainda para comprar um chocolate, uma bebida."

Sem a demanda de outrora, o jeito foi improvisar. Primeiro, ele tentou mudar o perfil do negócio, que antes se parecia mais a uma *bombonière*. Agora, ele vende ali também produtos de limpeza. Não deu certo, e a segunda tentativa foi inscrever o mercado em um aplicativo de entregas. "É o que está ajudando a segurar as pontas. Eu fico o dia inteiro rodando com as mercadorias", relata Vieira. Para complementar a renda, ele precisou retornar à antiga profissão de gráfico, produzindo banners e adesivos comerciais para outros negócios. "E, com tudo isso, não sei como vai ser no futuro", desabafa.

BAIRROS VAZIOS, PREÇOS NÃO TÃO BAIXOS

Em Pinheiros, na zona oeste, um CBD que ganha cada vez mais relevância na cidade, a taxa de vacância atual é de 23,22%. Um pouco mais longe, na Chácara Santo Antônio, na zona sul, o número chega a 29,48%.

A situação geral não é tão grave: hoje, 20% dos escritórios localizados nos principais CBDs da cidade estão vagos, segundo levantamento da SiiLA. Em números absolutos, isto significa que, dos cerca de 5,923 milhões de metros quadrados de imóveis comerciais disponíveis nos centros empresariais de São Paulo, aproximadamente 1,184 milhão está vazio. É quase o tamanho do município de Itanhaém (1,484 milhão de metros quadrados de território), no litoral paulista. A situação da capital paulista, mesmo assim, é melhor que a do Rio de Janeiro, por exemplo, cuja taxa de vacância é de 30,7%, além de estar num patamar mais aceitável do que o de 2016, quando, em meio às crises política e econômica do País, chegou a quase 25% nos empreendimentos de alto padrão em São Paulo.

"O cenário momentâneo é de redução dos espaços das empresas em São Paulo; e, com isso, vemos um volume grande de devoluções de imóveis. Isso está acontecendo por causa da situação ruim da economia, em que os negócios, principalmente pequenos e médios, tentam se salvar colocando dinheiro nas operações, não em um escritório físico que não está sendo usado. No entanto, passa também pela readequação, de muitas dessas empresas, a um modelo híbrido de trabalho, entre o home office e o presencial", explica Nicastro, da SiiLA.

Dois fenômenos devem ser observados dentre esses números: o primeiro é que, até o fim de 2019, o mercado imobiliário comercial da cidade vivia um dos seus melhores períodos, com taxa de vacância de cerca de 14,8%, ou seja, dentro da chamada margem de equilíbrio entre a oferta e a demanda, entre 12% e 15%. À época, havia quem argumentasse que faltariam escritórios em São Paulo a médio prazo, e em muitos bairros houve contextos de pré-locação, em que os proprietários reservavam salas de escritórios antes mesmo que elas estivessem prontas.

O segundo é que o desequilíbrio não significa necessariamente a queda dos preços. Pode acontecer exatamente o movimento inverso, de alta. Isto acontece quando regiões empresariais prestigiadas, como as da Faria Lima, do Shopping JK, na Vila Olimpia, ou do bairro do Itaim Bibi, voltam a ofertar imóveis no mercado. Outrora com estoques quase zerados de salas, elas registram taxas baixas de vacância em meio à pandemia: 5,5% no caso do JK, 9,9% no Itaim e 12,5% na Faria Lima. "O preço médio do metro quadrado tende a subir porque reage ao retorno de um estoque de qualidade ao mercado. Não necessariamente significa uma recuperação, mas que há locais muito demandados, antes indisponíveis, que estão sendo novamente ofertados", explica o CEO da SiiLA.

Nos Estados Unidos, segundo dados da consultoria de crédito Moody's, os preços gerais do mercado imobiliário comercial devem cair 7,2% até o fim de 2021, com impactos mais profundos no setor do varejo, no qual a retração pode chegar a 12,6%. No Brasil, segundo o Índice FipeZap, a queda dos valores para locação, ao menos por enquanto, é mais branda: foi de -1,08% no intervalo entre março de 2020 e este mesmo mês deste ano. Em São Paulo, o cenário chega a se reverter, registrando alta de 1,52% nos preços no mesmo período. Para efeito de comparação, os valores de espaços comerciais caíram em outras capitais importantes para o setor, como Rio de Janeiro (-7,06%) e Curitiba (-3,44%).

"A verdade é que, se este período serviu para mostrar que é possível desconcentrar áreas empresariais sem impactar significativamente na produtividade, também o é que isto será reajustado depois da pandemia", reflete Reinaldo Gregori, da Cognatis. "Por enquanto, nós temos apenas chutes sobre onde esse ponteiro vai parar", completa

CIDADE DO FUTURO

Se há algum consenso sobre os bairros empresariais da São Paulo pós-pandêmica é de que eles não ficarão vazios, embora nunca mais sejam os mesmos daquele período de antes. Para Giancarlo Nicastro, da SiiLA, em uma metrópole que vive dos serviços – 60% de todas as empresas, de acordo com o Sebrae –, a tendência é que um modelo híbrido se perpetue. Nele, as empresas vão adotar um esquema de rotatividade dos funcionários, com equipes diferentes se deslocando entre um e dois dias da semana até o escritório, que, assim, poderá ter seu espaço físico reduzido em até 20%.

"Com isso, os escritórios vão se parecer mais com centros colaborativos", diz Nicastro. "A gente acredita que vai demorar um pouco mais para recuperar, principalmente para voltar ao patamar de preços de antes, mas também será um período de bons negócios, o que a gente já vê acontecendo agora."

É uma percepção parecida com a de Walter Cardoso, presidente da CBRE, multinacional do setor imobiliário, no Brasil. Para ele, o equilíbrio que precisará ser encontrado se dá entre a experiência do home office e a produtividade dos funcionários, que ficou em segundo plano desde o início da pandemia. "O escritório do futuro será mais amplo, mais receptivo e mais doméstico. Não haverá mais aquela tendência de torná-lo cada vez mais denso, como era comum até a crise, mas de melhorá-lo", diz. "Nesse processo, manter totalmente o home office vai significar só distanciar as pessoas do convívio", completa.

Já o CEO da Cognatis, Reinaldo Gregori, vai além: para ele, a tendência é que não apenas os escritórios, mas os próprios bairros da metrópole se tornem mais híbridos no longo prazo. "Esses gigantescos polos empresariais de concentração, como estamos acostumados a ver em São Paulo, vão deixar de ser tão frequentes, e então crescerá uma população residente destas áreas em proporção àquela transeunte, tornando-as mais híbridas", finaliza.

MERCADO GERAL (A+, A e B)

REGIÃO	TX. OCUPAÇÃO	TX. VACÂNCIA
CBD*		
Berrini	73,33%	26,67%
Chácara Santo Antônio	70,52%	29,48%
Chucri Zaidan	78,68%	21,32%
Faria Lima	87,42%	12,58%
Itaim Bibi	90,05%	9,95%
JK	94,45%	5,55%
Marginal Pinheiros	70,59%	29,41%
Paulista	85,03%	14,97%
Pinheiros	76,78%	23,22%
Santo Amaro	53,92%	46,08%
Vila Olímpia	83,24%	16,76%
TOTAL CBD	**79,95%**	**20,05%**
NÃO CBD		
Alphaville	68,26%	31,74%
Barra Funda	78,21%	21,79%
Centro	87,39%	12,61%
Jabaquara	92,43%	7,57%
Jardins	86,20%	13,80%
Marginal Tietê	98,66%	1,34%
Moema	74,27%	25,73%
Paraíso	80,55%	19,45%
Tatuapé	95,62%	4,38%
TOTAL NÃO CBD	**81,76%**	**18,24%**
TOTAL GERAL	**80,48%**	**19,52%**

Fonte: *SiiLA Brasil*

* Central Business District

UM CURTO PRAZO DE VALIDADE



A equação principal continua a ser como o País vai se sustentar até 2022. As expectativas estão mudando e o cenário de disputa eleitoral vai dominando a conjuntura. A sociedade continua em compasso de espera enquanto a economia aponta para maior concentração e monopólios. Ainda que a incerteza seja longa, o futuro próximo aponta alguns sinais.

A operação Guedes-Lira no parlamento, embora em votações desordenadas, assegura, de um lado, a tramitação da pauta secundária do presidente: armas, voto impresso, ensino domiciliar, etc. De outro, avança na privatização da Eletrobrás, mantendo a Reforma Tributária incrédula, mas com sobrevida na mídia. Agora fatiada em cinco camadas de um bolo de rolo em que a goiabada derretida chamada Digitax, novo nome da CPMF [*Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira*]. Ao lado da criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS); de um imposto seletivo incidindo sobre produtos específicos; a promessa de redução de alíquotas para Imposto de Renda de pessoas jurídicas e um passaporte tributário para renegociação de dívidas.

A oscilação dos índices de confiança empresariais e de consumidores mostra a gangorra do momento. É preciso ficar de olho na foto, mas o que conta é o filme. E o filme é sempre sobre esperança, o brasileiro continua a querer mudança. Com a existência de reeleição é preciso sempre considerar que a esperança admite ser renovada.

Todos, ainda, estão no páreo. Mas a inflexão confusa dos políticos atrás de um nome de centro, que fuja da polarização Bolsonaro-Lula, segue a regra de buscar consenso prévio convencional entre candidatos e partidos. Tal engenharia não funciona diante dessa combinação de velocidade e inércia que é a política. Melhor seguir os ensinamentos de Lao Tsé ao sair candidato: manter os amigos por perto, mas os inimigos mais perto ainda.

Até agora há mais pressão do Congresso sobre o governo – emendas, verbas eleitorais, CPI [*Comissão Parlamentar de Inquérito*] – do que pressão da sociedade sobre o Congresso, o que ajuda Bolsonaro a manter a imagem não institucional que o elegeu.

Há ainda um foco errado de análise da conjuntura agravado pela visão que a oposição tem de "sociedade de massas" frente à visão de "sociedade de públicos" usada pelo governo em suas comunicações. A sociedade de massa se orienta por um mercado de mídias que recebe informações processadas por profissionais conhecidos e dirigida a um mercado potencial de clientes. A comunidade de públicos expressa as opiniões que recebe aparentemente de forma aleatória e desordenada. É um mercado real de clientes. Quem manipula o mercado de públicos aproveita ao máximo da comunicação emocional e direta pois o emissor de opinião sabe quem é o receptor que o interessa. A sociedade deve ser vista como um psicossistema aparentemente neutro, ao mesmo tempo disposta a mudar. Porém sua tendência política é decidir pelo mais forte.

Tudo tem um prazo de validade muito curto. A esperança dança na corda bamba de sombrinha. Um comportamento setorial muito heterogêneo torna difícil a recuperação de empregos. Além da disfunção do sistema econômico produzir mais desigualdade, fechar empresas, manter o mercado de trabalho sem recuperação de emprego, há também o fato de que a volatilidade geral pode admitir crescimento – o que não quer dizer muita coisa – e queda que sejam até vistas como um bom resultado.

O desafio sanitário é vacinar a todos. O social, conter a desigualdade, evitar a miséria e buscar o pleno emprego. O econômico, conter a inflação, controlar juros, deslocar o cenário de crise para investimento e realizar as concessões programadas. O político é reunir um conjunto padronizado de interesses que faça do País um ativo lucrativo para os investidores, os empresários e o povo.

&



PAULO DELGADO
é sociólogo e copresidente do Conselho de Economia Empresarial e Política (CEEP) da FecomercioSP

prof.com.partilhando

Romper um círculo vicioso

ANTONIO LANZANA

é copresidente do Conselho de Economia Empresarial e Política da FecomercioSP e professor da Universidade de São Paulo (USP) e da Fundação Dom Cabral

Após um longo período de sucessivas quedas na Selic, o Comitê de Política Monetária (Copom) voltou a elevar a taxa básica de juros de 2% para 3,5%, em duas reuniões. A decisão já era esperada, uma vez que o País vivia uma situação com juros negativos e uma inflação em aceleração. A normalização da política monetária era necessária para sinalizar que o Banco Central (BC) realmente vai combater a inflação, reduzindo a pressão sobre o câmbio. Considerando que a inflação de 12 meses deve se acelerar até meados do ano e atingir valores próximos a 7,5% e, depois, começar a ceder para fechar o ano em 5%, é provável que o BC esteja acelerando a subida para arrefecer numa etapa posterior. Estima-se que a Selic encerre 2021 em 5,5%.

Vale observar que a elevação das taxas de juros impacta a dinâmica da dívida pública. Cada ponto porcentual de aumento da Selic eleva a dívida em 0,42 ponto porcentual. Além das pressões da elevação dos juros, a dívida pública continuará subindo em 2021 pelo fato de que mais de R$ 100 bilhões – destinados ao auxílio emergencial, ao Programa Nacional de apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e ao Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda (BEm) – estarão fora do teto de gastos. Não se questiona o mérito desses programas, mas o fato de que os recursos reservados a eles deveriam provir de corte de outros gastos. Por outro lado, aumentos da dívida pública tendem a pressionar as taxas de juros pela maior necessidade de rolagem dessa mesma dívida e para controlar a despesa privada quando o gasto público está expansionista.

Esse círculo vicioso precisa ser rompido, o que pode ser feito com uma mudança estrutural nos gastos públicos. Esse rompimento fica evidente quando se observa que o Brasil vem crescendo menos que o mundo nos últimos quarenta anos (nossa média anual foi de 2,1%, contra 3,5 % do mundo e 4,6% dos emergentes), período caracterizado por expansão dos gastos públicos, da carga tributária, do endividamento e do baixo crescimento da produtividade – nos últimos 20 anos, a produtividade nacional cresceu 0,7% ao ano, contra 1,4% dos países desenvolvidos e 3,8% dos emergentes de renda média alta.

A mudança desse cenário passa, entre outros fatores, pela realização da Reforma Tributária (para simplificar, o sistema aumenta a taxa de investimento e a produtividade) e da Reforma Administrativa (para reduzir o gasto público como porcentagem do PIB e aumentar sua eficiência). Num primeiro momento, a eleição das presidências da Câmara dos Deputados e do Senado criou a sensação de que as reformas poderiam evoluir. Discussões neste sentido, inclusive, estão acontecendo no Parlamento. O que se pode esperar?

Não é uma questão somente de analisar se haverá ou não reformas, mas verificar se há condições de efetuá-las na magnitude das necessidades do País. É pouco provável que tais reformas ocorram nos próximos meses e, mesmo se ocorrerem, certamente não serão suficientes para uma alteração significativa de quadro, como mostram as sinalizações: Reforma Administrativa valendo apenas para futuros funcionários públicos, a PEC Emergencial, que propunha originalmente a introdução de medidas automáticas de redução de despesas com pessoal, foi "desidratada" e o fatiamento da Reforma Tributária depois de longa discussão e aparente desencontro entre as presidências da Câmara e do Senado.

É certo também que a CPI do covid-19 vai ocupar as discussões do Senado nos próximos meses. Além disso, reformas implicam na existência de ganhadores e perdedores, os quais legitimamente defendem seus interesses. Tanto o Executivo como o Legislativo parecem pouco dispostos a enfrentar desgastes com os perdedores à medida que as eleições se aproximam. Reformas em que só existam ganhadores não existem.

As dificuldades aqui apontadas devem se estender para 2022, dada a realização das eleições, o que não significa dizer que o objetivo de realização das reformas deva ser abandonado. Sem elas, o destino do Brasil será a volta da temida inflação.

&

MOBILIDADE

A VEZ DOS CARROS ELÉTRICOS

texto MARCUS LOPES | ilustração PAULA SECO

Pioneiro na fabricação de automóveis com tecnologia totalmente brasileira, o empresário João Augusto Conrado do Amaral Gurgel, fundador da marca de veículos Gurgel, também foi o responsável por introduzir os carros elétricos no Brasil. Em 1974, Gurgel apresentou no Salão do Automóvel o Itaipu E150, protótipo do primeiro automóvel totalmente movido a eletricidade, algo então desconhecido dos brasileiros.

O Itaipu E150, nome em homenagem à usina hidrelétrica, que estava em construção na época, tinha capacidade para apenas dois lugares, 30 quilômetros por hora e autonomia para rodar 50 quilômetros a cada carga na bateria. O protótipo não chegou a entrar na linha de produção da Gurgel e as poucas unidades construídas viraram itens de colecionador.

Em 1980, Gurgel tentou de novo e apresentou o Itaipu E400, um furgão elétrico que chegou a ser fabricado pela Gurgel na sua fábrica em Rio Claro (SP), mas saiu de linha dois anos depois. Foram produzidas cerca de mil unidades do modelo, adquiridas por empresas como a Telecomunicações de São Paulo (Telesp) – estatal paulista extinta após a privatização dos serviços de telefonia no País – e a Telecomunicações Brasileiras S/A (Telebrás). O furgão tinha 80 quilômetros de autonomia na bateria, que levava dez horas para recarregar.

Mais de quatro décadas depois, o sonho de Gurgel finalmente começa a engrenar no Brasil. Ainda que a passos lentos, os veículos eletrificados (híbridos ou totalmente elétricos) já ganham as ruas com mais intensidade, movidos principalmente pela modernização da tecnologia das montadoras, pelo conforto e, principalmente, pelo conceito de sustentabilidade ambiental, em demanda crescente entre a população e os governos.

Com o consumidor cada vez mais exigente em relação às boas práticas ambientais, montadoras multinacionais como a General Motors (GM) anunciam a aposentadoria dos motores a combustão de seus veículos novos, nos próximos anos. E os reflexos dessas novas políticas de mobilidade baseadas na baixa emissão de carbono chegam ao País.

O Brasil possui hoje cerca de 45 mil veículos leves eletrificados circulando nas ruas, entre híbridos (dotados com motor a combustão e elétrico) e os 100% elétricos. Ônibus e caminhões não estão nessa conta. Os números são da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE), com base no Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam). Em 2020, segundo a ABVE, as vendas de veículos eletrificados bateram novo recorde, com aumento de 66,5% nos emplacamentos em relação ao ano anterior. Foram 19.745 unidades vendidas em 2020, ante 11.858 comercializadas no ano anterior.

Os eletrificados novos vendidos em 2020 atingiram, pela primeira vez, cerca de 1% do total de veículos leves emplacados no País no mesmo período – 1.950.889, segundo a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave). A tendência é que os bons resultados se repitam neste ano.

Apenas nos dois primeiros meses de 2021 já foram comercializados 2,71 mil automóveis eletrificados (1.321 em janeiro e 1.389 em fevereiro), segundo a ABVE. "Nesses tempos de covid-19, o consumidor brasileiro fez uma aposta clara nos veículos não poluentes e sustentáveis. Optou por proteger a sua saúde e a saúde da sociedade", afirma Adalberto Maluf, presidente da ABVE. "Os eletrificados mostram o seu potencial, em nítido contraste com a evolução do mercado como um todo", completa Maluf, lembrando que o mercado geral de automóveis no Brasil passou por uma retração no ano passado, e as perspectivas não são promissoras para este ano.

Em contrapartida, os números da ABVE apontam uma curva de crescimento vertiginosa de elétricos e híbridos no Brasil, nos últimos anos. As vendas de 2020 representam crescimento de 66,5% sobre 2019; 397% sobre 2018 (quando foram vendidas 3,97 mil unidades); 499% sobre 2017 (3.296) e 1.709% sobre 2016 (1.091).

"Por um lado, devemos comemorar o fato de os elétricos terem chegado a 1% do mercado. É uma marca simbólica importante", diz Antonio

“TEMOS A SUSTENTABILIDADE COMO PONTO FOCAL DO NOSSO NEGÓCIO E, POR ISSO, ESTAMOS CAMINHANDO PARA QUE, ATÉ 2030, 50% DAS VENDAS DE VEÍCULOS SEJAM DE MODELOS ELÉTRICOS.”

GLEIDE SOUZA, diretora de Relações Governamentais da BMW do Brasil

Calcagnotto, diretor de Veículos Leves da ABVE e diretor de Relações Institucionais e Sustentabilidade da Audi do Brasil. “Mas ainda estamos muito distantes de uma participação expressiva no mercado total. Portanto, temos de insistir em medidas de apoio à mobilidade elétrica.”

Para efeitos de comparação, em 2020 foram vendidos na Europa mais de um milhão de veículos eletrificados novos (híbridos e elétricos puros), segundo a Associação Europeia de Fabricantes de Automóveis (ACEA, na sigla em inglês). Na Noruega, um dos campeões mundiais em eletrificação de veículos, a venda de motores elétricos supera a de motores movidos a combustão. Nos Estados Unidos, o governo federal pretende substituir gradualmente toda a frota oficial por elétricos – cerca de 645 mil veículos.

ENERGIA LIMPA

As montadoras também anunciam metas de substituição gradual dos motores à combustão por energia mais limpa. A GM pretende deixar de vender veículos novos com motor a combustão até 2035. No Brasil, a GM oferece o importado Chevrolet Bolt EV, um dos líderes de vendas entre os 100% elétricos e com preço em torno de R$ 270 mil. Lançado em 2018 no Salão do Automóvel, foram vendidas mais de 120 unidades desde o lançamento.

“O sucesso do Bolt EV nos encoraja a continuar investindo em novidades. Temos planos de crescer nossa oferta nos próximos anos, assim como nossa rede de concessionárias habilitadas para comercializar e oferecer manutenção a veículos com esta tecnologia”, diz Paulo Leandro Santos, gerente de Marketing de Produto da GM.

Outras montadoras também apostam no mercado brasileiro para os próximos anos. A BMW oferece atualmente dois modelos elétricos, ambos importados: o BMW i3 (com preços a partir de R$ 279.950) e o MINI Cooper SE 3 portas (a partir de R$ 239.990).

O crescimento de forma representativa do mercado de veículos elétricos no País favorece a introdução de mais opções de modelos disponíveis e preços competitivos, explica Gleide Souza, diretora de Relações Governamentais da BMW do Brasil. “Temos a sustentabilidade como ponto focal do nosso negócio e, por isso, estamos caminhando para que, até 2030, 50% das vendas de veículos do BMW Group sejam de modelos elétricos”, diz Gleide. Em 2020, a BMW vendeu 1.132 carros com propulsão elétrica ou híbrida no Brasil, mais de 300% do que em 2019, quando foram vendidas 300 unidades. Para 2021, a montadora pretende manter ou superar o índice.

De acordo com os especialistas, entre os principais entraves para que o mercado de eletrificados deslanche por aqui estão a falta de incentivos do governo – em outros países há fortes incentivos estatais para a adoção de energias limpas nos carros – e o preço ao consumidor final, já que os cerca de 15 modelos disponíveis são importados e, em alguns casos, chegam a custar o dobro do similar a combustão.

“Em países como Alemanha, França e Portugal, as pessoas ganham bônus do governo quando compram carros elétricos. Em Portugal, os postos de recarga das baterias são gratuitos”,

explica Henry Joseph Júnior, diretor-técnico da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). "Não há dúvidas de que, no futuro, os veículos serão elétricos, que possuem tecnologia muito mais simples e manutenção mais barata. O problema do elétrico ainda é como levar a eletricidade junto em viagens", completa Joseph.

PONTOS FRACOS

A infraestrutura necessária para recarregamento das baterias é justamente um dos nós a serem desatados para a expansão das novas tecnologias, principalmente em viagens longas. "Existem em torno de 350 pontos de abastecimento de baterias nas estradas e nas rodovias. Isso não é nada para um país com a extensão do Brasil", diz Vivaldo Breternitz, doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP) e professor da Faculdade de Computação e Informática da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

"É o dilema do ovo ou da galinha: a infraestrutura de abastecimento não existe porque não há muitos carros elétricos ou não há muitos carros elétricos pela falta de infraestrutura?", indaga o professor, que cita outras questões que ainda devem ser melhoradas para a popularização dos elétricos, como a fabricação em escala por parte das fábricas e montadoras – para diminuir o preço do veículo ao consumidor final –, especialização de oficinas mecânicas e o descarte correto de baterias usadas.

Apesar do preço do veículo ainda ser alto, Breternitz aponta vantagens que acabam compensando a substituição. "O carro elétrico é mais econômico. Enquanto o custo médio para rodar cem quilômetros com energia elétrica é de R$ 12, os mesmos cem quilômetros custam R$ 50 de gasolina", compara Breternitz.

A redução expressiva dos gastos com combustível também é apontada como vantagem por Rogério Markiewicz, presidente da Associação Brasileira dos Proprietários de Veículos Elétricos Inovadores (Abravei). "A economia com combustível é brutal e compensa o custo inicial do automóvel", diz Markiewicz. Segundo ele, o grande entrave para a entrada do consumidor nos eletrificados é no segmento mais popular. "Mas no mercado de luxo, os preços das duas versões de automóveis já são praticamente os mesmos", diz.

Para Markiewicz, que possui um Chevrolet Bolt 100% elétrico, o abastecimento do carro não chega a ser um problema, já que o *plug* pode ser ligado em uma tomada simples de 110 ou 220 volts, na garagem de casa. A bateria plugada durante a noite é o suficiente, segundo ele, para circular no dia seguinte, sem problemas. "Para a locomoção no meio urbano, não há problemas." O presidente da Abravei destaca outras economias, como não precisar de troca de óleo e o mais lento desgaste das pastilhas de freio. "A única manutenção do carro que tive de fazer em cinco anos foi trocar os filtros de ar-condicionado", afirma.

INVESTIMENTOS

O desenvolvimento da mobilidade eletrificada ganha o apoio de empresas ligadas diretamente ao setor de energia elétrica. A Enel apoia diversos projetos de utilização de ônibus eletrificados em países como Chile e Colômbia. "Oferecemos as soluções de eletrificação para os ônibus, como recarga e gestão da bateria", conta Paulo Roberto Maisonnave, *head* de mobilidade da Enel no Brasil.

A empresa desenvolve parcerias com prefeituras de cidades brasileiras, como São Paulo (SP), para projetos de eletrificação das frotas de ônibus. "O Brasil tem um enorme potencial de eletrificação, já que é o principal mercado de ônibus da América Latina", diz Maisonnave. "Isso vai proporcionar um serviço de melhor qualidade para a população, pois são ônibus mais confortáveis, menos poluentes e mais econômicos."

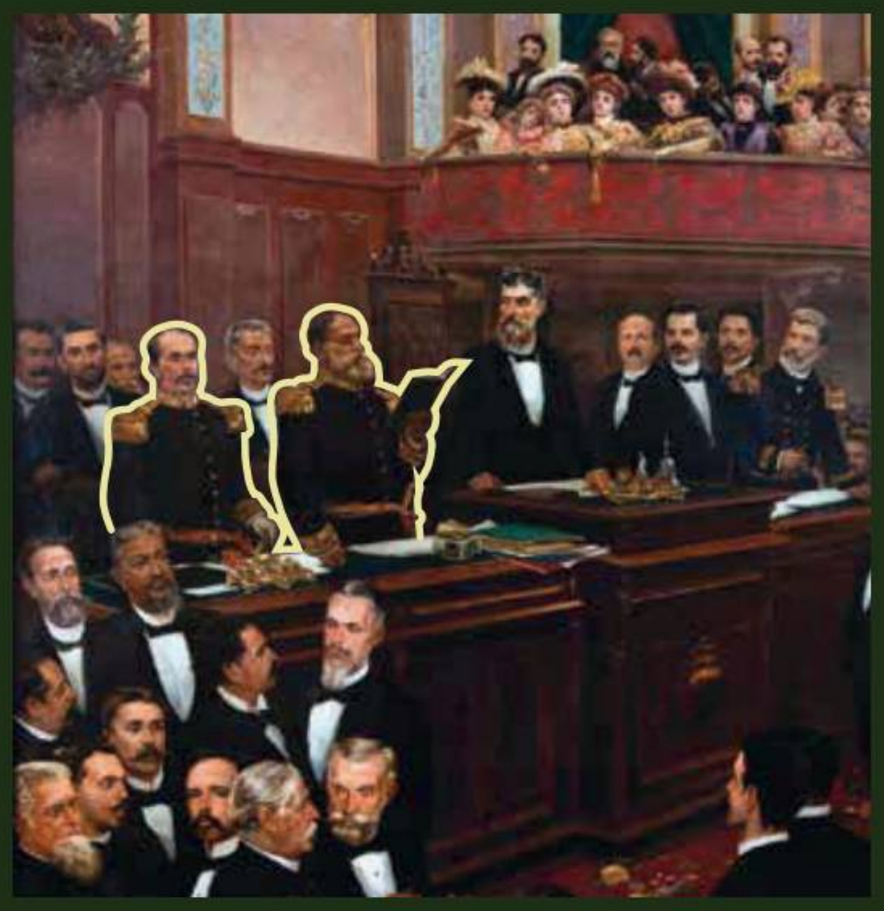
Montadoras de ônibus apostam no nicho de elétricos, principalmente urbanos. A Marcopolo, uma das maiores fabricantes de ônibus do mundo, investe em veículos com propulsão elétrica. A companhia, com sede em Caxias do Sul (RS), já entregou 375 veículos elétricos e híbridos em diversos países, como Argentina, Austrália e Índia. Destes, 75 ônibus estão circulando em cidades brasileiras, como São Paulo e São José dos Campos, e outros 400 devem ser entregues em 2021 para toda a América Latina.

Na capital paulista, os elétricos começam a se expandir para outras áreas, além do transporte público. A Prefeitura de São Paulo desenvolve um projeto-piloto com caminhões de coleta de lixo 100% elétricos. São oito veículos que, desde o ano passado, realizam a coleta de resíduos de varrição e feiras livres na região leste da cidade. No centro, dois triciclos elétricos auxiliam na coleta de sacos de lixo que os agentes de limpeza deixam após a varrição. Os triciclos têm autonomia para rodar até 80 quilômetros por dia e capacidade de armazenamento de 500 quilos.

Os eletrificados também surgem nas locadoras de automóveis. A Movida adquiriu 70 modelos Nissan LEAF para a sua frota. Eles foram distribuídos para as lojas de São Paulo, Guarulhos, Campinas e São Caetano. Outros 20 foram destinados para a filial no Rio de Janeiro.

"O elétrico é para quem deseja aliar os benefícios da locação com uma nova experiência de locomoção. Não deixa nada a desejar para um carro a combustão", atesta o diretor de Planejamento de Receita da Movida, Rafael Tamanini.

&



Intervenção na obra *Juramento constitucional (1891)* – Aurélio de Figueiredo

SOMBRAS DO AUTORITARISMO

A República brasileira nasceu fardada e, ao longo de sua centenária história, sofreu intervenções militares sem paralelo nos países moldados pelo Estado Democrático de Direito.

texto HERBERT CARVALHO

prof.com.partilhando

"O povo assistiu àquilo bestializado", resumiu o jornalista Aristides Lobo, testemunha ocular do desfile de tropas liderado no dia 15 de novembro de 1889 pelo Marechal Deodoro da Fonseca para encerrar a Monarquia e instalar, pela força das armas, um novo sistema de governo.

Como ocorreria em episódios similares posteriores, o golpe de Estado teve o concurso de civis como Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa e Campos Sales, contemplados com ministérios no governo provisório por nosso primeiro presidente, o próprio Deodoro. O plebiscito, então prometido à Nação sobre a troca de regime, levaria mais de cem anos para ser realizado, em 1993.

Durante os primeiros cinco anos da República, a presidência foi ocupada por dois militares, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, o "Marechal de Ferro", a quem coube reprimir com extrema violência duas tentativas de restauração monárquica: a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul e a Revolta da Armada. Esta última expressou a rivalidade entre o Exército – mais popular e republicano – e a Marinha, aristocrática e monarquista. O escritor Lima Barreto descreve a ditadura florianista no livro Triste fim de Policarpo Quaresma.

Em 1894 a eleição de Prudente de Morais inaugura o primado de presidentes civis, interrompido em 1910 pelo Marechal Hermes da Fonseca (sobrinho de Deodoro), que derrota a chamada Campanha Civilista, liderada por Rui Barbosa. Em seu governo ocorre a Revolta da Chibata, protagonizada por marinheiros liderados por João Cândido, que se apossam de navios de guerra em protesto contra os castigos corporais que sofriam. O escritor Sílvio Romero definiu assim o País nesse período: "O Brasil não passava de uma ditadura, de joelhos perante o Exército, repartida em vinte oligarquias fechadas, feudos escusos pertencentes a vinte bandos de sicários".

No Centenário da Independência, em 1922, não são mais os marechais que se valem da tropa para chegar ou se manter no poder. A Revolta do Forte de Copacabana inaugura o tenentismo, que coloca à prova a hierarquia militar e traz a política para dentro dos quartéis. Ao contrário das agremiações civis, porém, o partido fardado não disputa eleições, já que se vale de métodos próprios, proporcionados pelas armas, para intervir na política.

Dentre os jovens oficiais provenientes de família modesta que se revoltaram pelo Brasil afora na década de 1920, a maioria era de tenentes, que acabaram emprestando o nome ao movimento, liderado em suas duas vertentes principais também por capitães como Luís Carlos Prestes e Juarez Távora. O primeiro enveredaria pela militância comunista, enquanto o segundo personifica a tendência até hoje predominante de tutelar os civis e ditar os rumos do governo.

Descontentes com as compras de votos e fraudes eleitorais características da República Velha, os tenentes reivindicavam a moralização da política. Além de ignorados, foram ainda afrontados pela prisão de Hermes da Fonseca, então presidente do Clube Militar, que foi fechado. O inconformismo eclodiu na madrugada de 5 de julho de 1922 e acabou afogado em sangue. Com o Forte de Copacabana bombardeado e cercado, os que se negaram a render-se foram mortos na areia da praia.

Se o primeiro levante foi puramente militar e durou menos de dois dias, o segundo, dois anos depois, contou com a participação de civis e durou 20 dias, com a cidade de São Paulo nas mãos dos rebeldes. Encerrando o ciclo, a Coluna Prestes, iniciada no Rio Grande do Sul e engrossada por contingentes paulistas, percorreu invicta boa parte do Brasil, até internar-se na Bolívia, em 1927. A partir daí, as lideranças tenentistas articulam-se com a oposição política federal e o movimento vai desaguar na Revolução de 1930, que leva Getúlio Vargas ao poder.

Ao assumir o governo, com sua proverbial astúcia, Vargas neutraliza a força dos tenentes que o apoiaram espalhando suas lideranças em cargos pelos Estados. Para instalar a ditadura do Estado Novo, em 1937, Getúlio recorre ao Exército, novamente coeso pela ação de dois generais simpáticos ao nazifascismo, Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra.

Em 1945, ao fim da Segunda Guerra Mundial, inicia-se o longo período da Guerra Fria, que dividirá os militares brasileiros em duas correntes. Os nacionalistas apoiarão a criação da Petrobras, o desenvolvimentismo de Juscelino Kubitscheck e as reformas de base de João Goulart. Os da ala oposta, defensores de um alinhamento automático com os Estados Unidos, estarão por trás do suicídio de Vargas e das tentativas de impedir as posses de Juscelino e Goulart. A segunda corrente acaba por se impor em 1964.

As ilusões dos civis articuladores do golpe, como Carlos Lacerda, de que, após uma breve intervenção, os militares se retirariam do poder, se desfazem quando são canceladas as eleições presidenciais e dissolvidos os partidos políticos então existentes. Após o AI-5, a ditadura escancara-se prendendo, torturando, exilando, censurando e matando os opositores do regime. Seriam 21 anos de trevas e cinco generais presidentes até o sol da democracia brilhar novamente.

A partir da abertura "lenta, gradual e segura" do governo Geisel, os militares controlaram a transição de modo a garantir, por meio da Lei de Anistia, não terem de responder por seus atos no período ditatorial. A Constituição de 1988 – que considera atentados armados contra os Poderes Constituídos como crimes imprescritíveis e inafiançáveis – e a criação do Ministério da Defesa representaram a esperança de que os civis pudessem controlar os fardados. Quando as Forças Armadas começavam a superar a imagem negativa legada pelos Anos de Chumbo, porém, a militarização do governo Bolsonaro coloca novamente a sociedade brasileira diante do espectro do autoritarismo.

&





Fotos: divulgação

TORNAR VISÍVEL O QUE ENXERGAMOS

texto Gabriela Almeida

Para o cientista Masataka Watanabe, "ver" e "enxergar" são ações distintas. Segundo teoriza, "ver" está em aprofundar a observação sobre o objeto. Já "enxergar" é apenas olhar sem demonstrar percepção mais cuidadosa. Foi com o objetivo de se fazer enxergar a vida de pessoas em situação de rua que o projeto SP Invisível surgiu, em 2014. À ocasião, os idealizadores – André Soler, cinegrafista, e Vinícius Lima, jornalista – se propuseram a fotografar tudo aquilo que geralmente passa batido pelos olhares apressados, por vezes desdenhosos, na cidade de São Paulo.

Hoje, a iniciativa abarca voluntários que saem embrenhando-se pelas ruas com a meta de coletar relatos e, assim, quebrar preconceitos, não somente personificando imageticamente, mas sobretudo dando voz a essas pessoas.

Além disso, o projeto realiza diversas ações, como a São Paulo Sem Frio, que aconteceu em 2020 e entregou cerca de mil kits de inverno e de preservação contra o covid-19. Para saber mais, acesse: **spinvisivel.org**.

Quer ver mais ciência na imprensa brasileira?

bori agência

A Bori conecta ciência e imprensa para incentivar a cobertura jornalística baseada em evidências.

Apoie a Bori.

abori.com.br | bori@abori.com.br

FECOMERCIOSP

SUPE-

RAÇÃO

NA

CRI-

SE

Transformar a crise em oportunidade, impulsionar as vendas e até fazer a sua empresa crescer. Parece bom demais para ser verdade, não é?! Mas é uma história real, aliás, é uma das muitas que estão no nosso livro *FIBRA EMPREENDEDORA*, junto com depoimentos e *insights* de grandes empresários.

QUER SABER MAIS?
Escaneie o código QR e faça agora mesmo o seu download gratuito.